Rafael Marques

Operação Kissonde: Os Diamantes da Humilhação e da Miséria

ÍNDICE

1.	Sumário Executivo	2
2.	O Governo.....	4
3.	A Polícia Nacional	5
3.1	Melhorias	5
3.2	Comparação.....	6
3.3	Discursos, Promessas e Realidade	7
3.4	A Ponte da Discórdia.....	7
3.5	As Subsidiárias da Polícia Nacional.....	9
3.6	Ping-pong	9
4.	As Forças Armadas Angolanas.....	10
5.	Sodiam e Ascorp: A cara e a coroa do garimpo.....	11
5.1	Sodiam Sarl.....	11
5.2	Sodiam Internacional.....	13
5.3	Ascorp e a Lei do Poder	13
6.	As exploradoras	14
6.1	Endiama	14
6.2	Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM)	15
6.3	Sociedade Mineira do Cuango (SMC).....	16
6.4	Sociedade Mineira Luminas.....	16
7.	Os agentes da nova ordem, práticas sistemáticas de sadismo e crueldade ...	17
7.1	Alfa-5.....	17
7.1.1	Breve Anotação sobre a Alfa-5.....	17
7.1.2.	Sumário de Violações em 2006	18
7.1.3	Sumário de Violações em 2005.....	24
7.1.4	Resposta da Direcção-Geral da Alfa-5	29
7.2	K&P Mineira	30
7.2.1	Breve Anotação sobre a K&P Mineira	30
7.2.2	Sumário de Violações em 2006.....	31
7.2.3	Sumário de Violações em 2005.....	39
7.2.4	Resposta da Direcção-Geral da K&P Mineira	41
7.3	Teleservice.....	41
7.3.1	Breve Anotação sobre a Teleservice.....	41
7.3.2	Sumário de Violações em 2006.....	43
7.3.3	Resposta da Direcção-Geral da Teleservice.....	53
7.	Conclusões	54
8.1	A Estratégia e a Demissão do Governo.....	54
8.2	Carta Branca para a Demonstração de Poder e Humilhação.....	54
8.	Anexos	55
9.1	Manasseja Lituiaia – Uma mulher Corajosa	55
9.2	O Improvise da Justiça na Terra dos Diamantes	57
9.3	Vila do Gamek: Odebrecht e o poder angolano no samba da promiscuidade....	60

1. Sumário Executivo

*“Para nós, Angola é um país estrangeiro.
Nós, angolanos, somos tratados piores do que animais”,
José Bartolomeu, garimpeiro*

O presente relatório é uma sequência do realizado em 2005, *Lundas: As Pedras da Morte*¹, que aborda os efeitos trágicos da exploração dos diamantes na vida das populações locais, os incentivos institucionais à violação permanente dos direitos humanos, com a privatização da violência, e ao saque desmedido desses recursos.

Por incapacidade financeira e logística, este trabalho circunscreve-se apenas à bacia hidrográfica do Cuango, ou seja, ao município com o mesmo nome. O primeiro relatório procurou ser mais abrangente, envolvendo as províncias da Lunda-Norte e Sul, numa extensão territorial de quase 200.000 kms² e mais de um milhão de habitantes.

O Cuango, com uma superfície de 6.818,8 kms², situa-se no extremo sudoeste da província da Lunda-Norte e tem uma população de 140.000 habitantes, segundo estimativas oficiais. Essa região é notória pela imigração ilegal, às dezenas de milhar, por causa do garimpo e conseqüente comércio.

Como área tradicional de exploração de diamantes, o Cuango alberga três grandes projectos diamantíferos a saber: Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM), com sede na capital administrativa do Cuango; Sociedade Mineira do Cuango (SMC), no sector de Cafunfo, e Sociedade Mineira Luminas, na comuna do Luremo. Por sua vez, a SDM é protegida pela Alfa-5, a SMC conta com o concurso da Teleservice e a Luminas tem contrato com a K&P Mineira.

Com o termo da “Operação Brilhante”², em Fevereiro de 2005, as empresas privadas de segurança assumiram, na prática e de forma integral, na região do Cuango, a responsabilidade de combater o garimpo.

Em termos práticos toda a região do Cuango, com excepção das zonas administrativas do Estado e algumas áreas de concentração populacional, pode

ser considerada de zona restrita³ e de protecção⁴, conforme a Lei nº16/94 de 7 de Outubro que institui o Regime Especial das Zonas de Reserva Diamantífera. Esse regime também é conhecido como a Lei dos Diamantes.

Ademais, nas zonas restritas e de protecção, de acordo com o nº1 do artº 20º, da Lei dos Diamantes, “é proibida [...] qualquer espécie de actividade económica, seja qual for a sua natureza, industrial, comercial, agrícola ou outra [...]”.

Com efeito, o Governo dividiu o Cuango em três parcelas e entregou-as à SDM, SMC e Luminas. Por essa via, a Alfa-5, contratada pela SDM, controla a sede do Cuango, a K&P Mineira (Luminas) o Luremo e a Teleservice (SMC) o sector de Cafunfo. Assim, o controlo exercido por essas empresas privadas de segurança estende-se a todo o território do Cuango. Os métodos utilizados resumem-se na violação sistemática dos direitos humanos, em nome da Lei e da autoridade concedida pelo Estado.

Essas violações têm um profundo cariz de sadismo uma vez que, de forma generalizada, a prática dos guardas das três empresas incide em violentar as suas vítimas nas nádegas, em despi-los e circulá-los na via pública, assim como outros rituais de humilhação. Utilizam, como instrumentos privilegiados de tortura, a pá, o cabo desta, catanas e mocas. No caso particular da Alfa-5, documentam-se vários casos em que as vítimas são obrigadas a ter relações homossexuais entre si, tendo chegado ao extremo de se forçar um genro a violar o seu sogro.

Trabalhos forçados nas instalações e áreas de trabalho das referidas empresas de exploração diamantífera tornaram-se parte da rotina dos garimpeiros, como punição administrada pelas referidas empresas.

Outrossim, a K&P Mineira exerce um duplo papel ao prestar serviços, à Sociedade Mineira Luminas e, ao mesmo tempo, à Sodiam/LKI e Ascorp. No primeiro caso, tem a missão de expulsar os garimpeiros da área de concessão da Luminas, o que o faz com total arbitrariedade e violência. No segundo caso, protege e acompanha a Sodiam/LKI e a Ascorp no agenciamento e patrocínio dos garimpeiros bem como nas transacções com estes.

Apesar da Lei dos Diamantes salvaguardar a prática da exploração artesanal de diamantes, ou seja o garimpo legal (Capítulo III da Lei nº16/94), por parte das populações locais, o Governo prefere remete-las a uma situação de ilegalidade permanente.

Qualquer actividade agrícola ou comercial, na região, como no resto das Lundas, carece de autorização directa do governador provincial. É conhecida a inexistência de qualquer licença de exploração artesanal ou para a prática da agricultura de subsistência entre a população local. Assim, o Governo impede-a de sobreviver sem recurso à ilegalidade.

Trágicas são as consequências. Por exemplo, a 20 de Abril de 2006, guardas da K&P Mineira impediram Francisco Pinto de pescar no Rio Lumonhe, com o argumento de que o rio e os peixes também são parte da concessão da SMC e o agrediram até perder os sentidos. Óscar Neves apanhou uma coronhada no olho e uma surra de cintos da Teleservice por ter sido encontrado a banhar no Rio Cuango, onde sempre o fez, como os outros aldeões, por inexistência de água canalizada na região. Porque, o rio também “foi concessionado”.

A Lei sobre as Empresas Privadas de Segurança (Lei nº19/92 de 31 de Julho) proíbe, no seu artº4º alínea a) as actividades de segurança que envolvam “investigação criminal de qualquer tipo”. O nº2 do artº4º proíbe “as actividades das empresas privadas de segurança que colidam com o desempenho das funções próprias das forças e serviços de segurança e de protecção civil do Estado”.

Essas empresas não observam os deveres especiais de, segundo a alínea a) do artº15º da mesma Lei, “dar imediato conhecimento à autoridade judicial ou policial competente de qualquer crime público de que tenham conhecimento no exercício das suas funções ou que esteja na eminência de ser cometido”.

A alínea b) artº15º da referida Lei, exige que se evite que “a actuação do seu pessoal possa ser confundida pelo público com a dos elementos das Forças Armadas ou das forças e serviços de segurança e protecção civil do Estado”.

Os casos documentados demonstram claramente o total desrespeito pela Lei e uma arbitrariedade sem precedentes, por parte dessas empresas em deter, interrogar e torturar cidadãos, assim como patrulhar vias públicas e bairros, uniformizados e armados para situações de combate.

Por sua vez, as empresas diamantíferas em nada contribuem para a minimização da miséria das populações naquela região, para além da propaganda empresarial. Sem empregos ou outras alternativas, as populações locais tornam-se exclusivamente dependentes do garimpo e presas fáceis das políticas de combate ao garimpo. Essa combinação letal vai dizimando as populações de forma lenta e com o silêncio cúmplice de instâncias internacionais mais preocupadas em obter contratos lucrativos ou a fazer fretes ao regime.

A região do Cuango tem a particularidade de estar sob controlo efectivo, do ponto de vista militar, de forças privadas de segurança. Tal situação representa, pois, uma ameaça à instituição de um verdadeiro Estado de Direito e democrático em Angola.

Por sua vez, a subalternização da administração local, autoridades policiais e militares aos desígnios das empresas que operam na região, ante a negligência da Endiama, como concessionária, conta com a cobertura de altas figuras do regime que velam apenas pelos seus interesses particulares.

Desse modo, o acesso privilegiado às riquezas mantém-se sujeita ao binómio da violência e da corrupção. A manutenção do poder em Angola continua amarrada a essa lógica, em detrimento da transparência e da verdadeira democracia.

2. O Governo

*“Os garimpeiros não são cães”
Gomes Maiato, Governador da Lunda-Norte*

Na sequência da publicação do relatório *Lundas: As Pedras da Morte*, o Ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, concedeu uma audiência ao autor, a 05 de Junho de 2005, para dialogar sobre a situação da administração do Estado e os direitos humanos nas Lundas. Esteve presente o Director Nacional de Administração Local, António da Costa Lopes Faria.

Como medidas, informou sobre o encontro que manteria, no dia seguinte, com o Primeiro-Ministro Fernando Dias dos Santos “Nandó”, a quem transmitiria as preocupações expostas no encontro, bem como faria chegar uma cópia do relatório ao seu superior hierárquico.

Mais elaborou sobre as inquietações do seu partido relacionadas com a situação vigente naquela região e os preparativos, à data, da visita do Vice-Presidente do MPLA, Pitira Neto, para uma abordagem sobre “o desenvolvimento sócio-económico” da Lunda-Norte.

Uma vez que o presente relatório se resume apenas à região do Cuango, bem se pode aferir a redução de tensões entre a administração local e a respectiva população, desde o segundo semestre de 2005.

Como ilustração, o administrador municipal do Cuango, Passos Gongga, ao ouvir, do autor, à porta da sua residência, relatos sobre os desmandos das empresas privadas de segurança contra as populações locais, a 1 de Abril de 2006, de imediato informou o governador da Lunda-Norte, Gomes Maiato.

De início, o administrador tentou atribuir as denúncias a “uma certa oposição” que tem por objectivo “difamar e denegrir a imagem do governo e do partido no poder, o MPLA”. Diante das evidências fotográficas e a demonstração da recolha directa dos casos expostos, por parte do autor, o administrador manifestou desconhecimento da situação e lamentou a omissão de tais dados nas suas reuniões semanais com as autoridades policiais, militares e tradicionais, oposição e sociedade civil.

No segundo encontro, a 10 de Abril de 2006, o administrador Passos Gongga manifestou as diligências encetadas pelas autoridades locais e provinciais no sentido de averiguar o conteúdo das denúncias junto dos visados e a conseqüente tomada de medidas.

Para além dos encontros a nível local, orientados pelo administrador Passos, a 12 de Maio de 2006, o Governador Gomes Maiato reuniu com o Presidente do Conselho de Administração da Endiama, Arnaldo Calado, e representantes das empresas privadas de segurança.

No encontro, de acordo com um dos presentes, o Governador manifestou-se contra as práticas arbitrárias das empresas diamantíferas SDM, SMC e Luminas, assim como as acções das suas contratadas, no caso, a Alfa-5, K&P Mineira e Teleservice.

Segundo o testemunho de Paulina Lassaletth⁴, assistente do governo provincial, “o governador declarou que as referidas práticas “têm provocado um sentimento de revolta na população. O governador disse ser urgente inverter o quadro, porque os diamantes têm de trazer benefícios e não mortes”.

“O governador afirmou taxativamente que – ‘os garimpeiros não são cães. São pessoas e não quero ouvir dizer que mataram mais algum garimpeiro’”, afirma Paulina Lassaletth, sobre o descontentamento de Gomes Maiato. Esse descontentamento revelou-se

maior porque, dias antes, teve em sua posse fotografias e dados sobre os nove garimpeiros mortos em Calonda/Lucapa, na Lunda-Norte, por agentes da Teleservice, ainda de acordo com a fonte local.

Entre parêntesis, no eixo Lucapa/Nzagi², província da Lunda-Norte, de acordo com dados obtidos junto de um causídico que intervém na região, tem-se registado, em média, o homicídio de um garimpeiro por semana, às mãos das forças privadas de segurança³.

Por sua vez, o gestor da Endiama, Arnaldo Calado, exigiu o fim imediato dos abusos contra os cidadãos . De acordo com a assistente do governo provincial, Arnaldo Calado referiu-se ainda à necessidade “de transformar os diamantes numa indústria de paz” e manifestou-se pessoalmente “envergonhado com o que tem acontecido”.

De acordo com Paulina Lassaleth, Arnaldo Calado “referiu que o papel de protecção não é o de tirar vidas. Ele exprimiu que a Endiama sente, assume e pede desculpas públicas por todo o mal causado pelas empresas de segurança”.

Aqui se nota a demissão das responsabilidades constitucionais do governo. O artº 22 da Lei Constitucional determina que “o Estado respeita e protege a vida da pessoa humana”. Por sua vez, o artº 23 da mesma Lei define que “nenhum cidadão pode ser submetido a tortura nem a outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes”.

Todavia, a única medida concreta tomada, recentemente pelo governo respeitante à problemática dos diamantes cinge-se à aprovação, a 10 de Maio de 2006, da nova política de comercialização de diamantes. Esta, “redefine o papel da Sodiam (cfr. secção 5.1), e visa valorizar o diamante nacional mediante uma política de comercialização flexível que encoraje o investimento, gere empregos e proporcione aos intervenientes benefícios económicos acrescentados⁴”.

Para o efeito, citando o comunicado de imprensa da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, “a comercialização de diamantes brutos e lapidados assentará num novo modelo que incorpora a compra e venda de diamantes em Luanda, através das salas de compra e venda da Sodiam e a venda de diamantes no exterior, por meio dos chamados Centros de Compra e Venda – Sodiam Trading Centers⁵”.

Como se pode depreender, nas circunstâncias das Lundas, continua a não haver qualquer política capaz de valorizar a componente humana local e, se empregos são gerados com a nova política, estes são para Luanda e para o exterior. O que deixa a população local na mesma ou em pior situação.

Como ilustração das prioridades do Estado em relação às populações locais, o exemplo da água é determinante. Os fiscais da administração de Cafunfo, cobram, de forma exemplar, 50 kwanzas por pessoa/dia, aos indivíduos que diariamente acarretam água das fontes naturais de Cambamba, Candangi e Nossa, em bidões montados em carrinhos de mão, para abastecer a população. Por outro lado, o dono da Muaxinga, uma concorrida empresa de telecomunicações via satélite, que representa a Angola-Telecom, tem afixado à entrada do seu estabelecimento um horário de trabalho de escravidão. Os funcionários são obrigados a trabalhar das 6H00 às 22H00, sete dias por semana, com uma folga apenas no período da manhã de sábado. A fiscalização local “desconhece” o caso.

3. A Polícia Nacional

3.1 Melhorias

A maior recompensa do presente trabalho humanitário, num ambiente tão desolador como o das Lundas, é a afirmação, por parte da população local, sobre a relativa melhoria no comportamento da PN, na localidade de Cafunfo.

Esse reconhecimento provém, de forma espontânea e grata, de cidadãos comuns que revelam o alívio que sentem quando vêm os agentes da PN a patrulhar a vila, desarmados (sem AK's), durante o dia.

O caso da Manasseja Lituiaia (cfr. anexo 9.1) foi o ponto de viragem. Uma comissão de investigação, mandatada pelo Comando-Geral da PN, acompanhou-a à Cafunfo, Cuango e Dundo, tendo resultado em mudanças dos efectivos afectos à investigação criminal e imposição de maior disciplina aos agentes da ordem pública, no relacionamento com a população.

Durante a visita do autor, a título de exemplo, foi possível obter a devolução da arca frigorífica de António José Panzo, 43 anos, que o investigador Bumba, colocado no Luremo, confiscou, a 6 de Fevereiro de 2006, de forma coerciva e ilegal da residência do supracitado.

O investigador havia interceptado António José Panzo, na via do Mussango, com cinco pedras de diamantes. Para além de se apossar das referidas pedras, já na Esquadra Policial do Luremo, o investigador exigiu mais U\$600 pela libertação do indivíduo. Na impossibilidade de pagar pelo resgate da liberdade, o agente Bumba perguntou ao detido se tinha uma arca em casa, ao que este respondeu afirmativamente.

Para ter certeza do sucesso do seu expediente, o investigador levou a arca para a residência de trânsito da PN, tendo obrigado o cidadão a aguardar junto do electrodoméstico, por mais de duas horas, até que as cervejas estivessem bem geladas. Caso contrário, passaria mais tempo na cadeia. Com as cervejas a “estalar”, António Panzo passou apenas uma noite na cela da esquadra.

Tendo o caso chegado aos seus superiores, em Cafunfo e no Cuango, apurou-se a veracidade dos factos, ordenou-se a restituição do bem alheio e se aplicou a devida sanção, com a transferência do agente e outros procedimentos disciplinares não especificados.

Em resposta, um oficial local reconhece que a população tem mudado, no mesmo diapasão, dispondo-se cada vez menos a fazer justiça por mãos próprias ou a confrontar os agentes da Lei e da Ordem, como nos anos passados.

3.2 Comparação

De modo comparativo, por exemplo, em Muxinda, onde a atenção das entidades superiores não se faz sentir, a confusão impera. Uma ilustração, a 4 de Dezembro de 2005, dois agentes da Posto Policial de Samba (município de Xá-Muteba) interpelaram o cidadão Txindele Rafael, 29 anos, na área de garimpo de Txissema, e assenhoraram-se de US\$3000 e mais uma balança de diamantes que este tinha em sua posse.

Na troca de argumentos, o agente Joaquim Domingos, 28 anos, segundo testemunhas, sacou da pistola, de marca Star, e atingiu Rafael Txindele, à queima-roupa, na região abdominal e pé direito. Em retaliação, os garimpeiros envolveram os agentes, desarmaram-nos e os torturaram com paus e outros objectos até deixá-los em estado de comiseração.

O investigador Edmundo, da unidade policial de Muxinda, liderou o grupo de socorro. O agente Gomes André, 22 anos, morreu duas horas depois de ter dado entrada no Posto Médico da Lassalatona. Joaquim Domingos resistiu e foi evacuado para o Bairro do Samba onde, segundo populares, encontrou a morte. Discretamente, a família de Rafael Txindele retirou-o de um outro posto médico para onde os agentes o encaminharam, algemado, e o transferiram para Malanje por razões de segurança.

Por sua vez, a 25 de Janeiro de 2006, na localidade de Muxinda, um grupo de 10 agentes da PN, sob comando de Guito, abordou o cidadão Adriano Mendes, 28 anos, revistou-o e apossou-se de US\$500 que tinha num dos bolsos e a seguir trataram-no a pontapés, estendido no solo, e partiram-lhe o braço direito. A vítima dirigiu-se à esquadra de Muxinda para apresentar queixa e ninguém o atendeu.

Já no município de Caungula, mais distante ainda das preocupações provinciais e centrais, o comandante local, conhecido apenas por Ngola, é o principal responsável pelos desmandos da PN naquela localidade.

Três casos servem para demonstrar o que ali se tem passado. A 7 de Setembro de 2005, um dos guardas do Cmdte. Ngola, em companhia de um civil, aterrorizaram um grupo, na vila, contra quem disparavam com AKs. Os civis, desdobraram-se, desarmaram os atacantes e enfurecidos os espancaram. Organizaram-se e mandataram um grupo de civis para encaminhar os agentes à esquadra. De acordo com depoimentos dos populares, o Cmdte. Ngola recebeu o representante da população à porrada e com impropérios tribais, segundo os quais, “aqui nenhum tchokwé pode me substituir”.

Num outro caso, Beto Satchumo, 35 anos, dirigiu-se à esquadra, a pedido do seu irmão Xavier, 45 anos, que se encontrava acamado, para solicitar os salários em atraso deste. De acordo com o seu depoimento, o pedido enfureceu o Cmdte. Ngola que, de imediato, se encarregou de espancar pessoalmente o cobrador, a pontapés, no que foi auxiliado pelo seu guarda. A seguir, ordenou o encarceramento do emissário, por várias horas, até lhe passar a raiva. Como consequência, Beto Satchumo queixa-se de ter perdido a audição num dos ouvidos.

O referido comandante, a 10 de Novembro de 2005, no dia anterior ao da celebração da Independência Nacional, ordenou o espancamento de Rafael Muanguinza, com 50 mocas nas costas. A vítima insistiu na cobrança de uma dívida junto do guarda-costas do Cmdte. Ngola e, para além da tortura, teve de ouvir os impropérios tribais do oficial, que “nem os tchokwé nem os bailundos podem piar” na sua área de jurisdição.

3.3 Discursos, Promessas e Realidade

O estado em que se encontra a PN, em termos de meios materiais e humanos, desacredita o combate enérgico à imigração ilegal, fuga ao fisco entre outros actos lesivos aos interesses nacionais, prometidos pelo Ministro do Interior, General Roberto Leal Monteiro⁽¹⁾.

“Aqui não temos sequer uma viatura de serviço e cada oficial ou agente que quiser usar um rádio de comunicação tem de comprar o seu. Há casos em que são os compradores de diamantes a oferecer os rádios [aos agentes policiais], para controlar os seus interesses”, explica um efectivo policial colocado em Cafunfo.

Como consequência, repetidas vezes, agentes da PN têm de importunar automobilistas para obterem transporte com o propósito de realizar as suas missões.

Outro exemplo, formidável, é a iminência da Esquadra Policial de Cafunfo ser engolida por uma grande ravina de vários metros de profundidade, colocando em risco não só a vida dos próprios agentes, como a dos cidadãos que se encontram a contas com a justiça.

3.4 A Ponte da Discórdia

Um dos símbolos mais marcantes do desgoverno que tem lugar na região do Cuango é o controlo instalado pela Teleservice na ponte do Pone.

Em respeito à liberdade de circulação de pessoas e bens, a PN procedeu, no ano passado, à remoção de todos os postos de controlo que havia estabelecido na região, incluindo o do Pone. Nas proximidades dessa área, a Teleservice ergueu, a seguir, um controlo privado.

A 2 de Fevereiro de 2006, como ilustração das consequências do acto de estabelecimento do referido controlo, o chefe do posto da Teleservice exigiu ao administrador municipal do Cuango, Passos Gongga, uma explicação, por escrito, por ter autorizado o trânsito de duas viaturas que não constavam da lista entregue pelas autoridades locais para o uso da ponte e da via no referido dia.

O administrador dirigia uma caravana que transportava os restos mortais do Rei Kulachingo, da Baixa de Kassanje, para Xá-Muteba. Fazia-se acompanhar do comandante municipal da PN, do comandante da Esquadra Policial de Cafunfo e do chefe local dos Serviços de Informação (SINFO). Os homens da Teleservice borrifaram-se para a

solenidade do acto fúnebre e a presença de tais individualidades. Coube-lhes exprimir quem dava ordens no local.

“Nem o comandante municipal evitou a humilhação do administrador. Ele disse que os tipos da Teleservice estavam a ser muito assanhados e quase se gerou ali uma grande confusão”, explica um oficial da PN, presente no acto e que pediu anonimato.

A 30 de Março passado, o autor deslocou-se à ponte. Dois guardas, um fardado e outro à paisana informaram que o carro não podia passar. “Não temos ordens e nem conhecemos o carro”

Ante a explicação de uma visita aos bairros da Bananeira e Lubola, os seguranças inquiriram detalhadamente sobre os motivos da visita ao bairro. Mais explicaram que, para transportar abastecimentos ou passageiros aos referidos bairros, alguns taxistas estão autorizados a fazê-lo “uma vez por semana e com carga mínima”

Todos os argumentos evocados sobre a liberdade de circulação de pessoas e bens e o inédito de Angola ter uma ponte, numa via pública, como propriedade privada de uma companhia caíram em saco roto.

António João Manuel, de 13 anos, encontrava-se encostado a uma árvore, a vários metros de distância do posto, há mais de uma hora, fatigado e a queixar-se de dores por causa do abcesso que lhe deformava o rosto. Os guardas impediram-no, e aos seus amigos, de atravessar a ponte, para regressar à casa, no aldeamento dos Bolinhos. No dia anterior, o menino deslocou-se a um posto médico na vila de Cafunfo, para cuidar do abcesso e os três amigos, solidários, o acompanharam.

Um dos guardas ao ver o autor a conversar com o menino e a tirar notas, teve a lucidez de o chamar e permitir a sua passagem, mas não sem um ralhete por ter explicado a sua situação.

O sub-chefe do grupo, Sr. Zumba, revistou a viatura, informou dos procedimentos para a passagem sobre a ponte e, confrontado com a discussão sobre a liberdade de circulação de pessoas e bens, solicitou a intervenção, via rádio, do seu chefe, o Sr. Correia.

“O senhor é membro do governo ou uma autoridade que queira passar?” interrogou o chefe.

À resposta negativa, o Sr. Correia prosseguiu, “ a ponte é da companhia e esta impõe as suas regras. A companhia arranhou a estrada e determina quem circula aqui. O governador, as autoridades locais e Luanda têm conhecimento disso”, pontualizou.

Um especialista da corporação garante que, sobre os arbítrios da Teleservice , “temos cassetes gravadas, informações prestadas a nível provincial, central e à Teleservice.

“Dizem-nos sempre que a Teleservice é uma empresa de generais e não pode ser incomodada, porque os generais se podem bater. A PN não pode entrar na área de jurisdição da Teleservice, para evitar confrontos entre polícias e generais. São ordens superiores”, desabafa o oficial.

“Não podemos prendê-los porque temos ordens para não o fazer, aguardamos por uma decisão do governo central. Os Teleservice chegam a cobrar US\$100 por cada carro que transita o controlo. O Ministério da Defesa, a PN, em Luanda, estão todos informados”, continua o oficial.

Mais adianta sobre a recepção de várias comissões do comando provincial, que “já visitaram até o próprio controlo, informaram as autoridades centrais e Luanda exige que se mantenha a situação como tal”.

“Houve erros graves na formação dessas empresas. Puseram comandos para lidar com a população. As consequências estão à vista”, enfatiza.

Por sua vez, o porta-voz do Comando-Geral da PN, Superintendente Carmo Neto, afirma, de forma categórica, que “nem o General Ndalú nem o Comissário Ekuikui admitiriam isso [os abusos imputados à Teleservice e em geral^[2]]. Há pessoas que abusam dos seus bons nomes e querem aproveitar-se da situação”.

Segundo o porta-voz, a PN tem estado a descentralizar o seu comando de modo a dotar as províncias de maior autonomia e capacidade de resposta para os problemas que se colocam a nível local.

Mais afirma que o novo ministro do Interior, o General Roberto Monteiro Leal, “tem sido um campeão dos direitos humanos” e tem demonstrado total abertura para o diálogo. “O ministro tem-se manifestado preocupado com o quadro jurídico da PN e tem feito diligências para melhorar a situação dos direitos humanos e ouvir as vozes discordantes”, anuncia o porta-voz da PN.

3.5 As Subsidiárias da Polícia Nacional

Três intervenções oficiais distintas sobre a relação entre a PN e as empresas privadas de segurança, bem como sobre o comportamento destas, elucidam o estado de coisas.

A 26 de Janeiro de 2006, o comandante-geral da PN, José Alfredo “Ekuikui” “defendeu “a necessidade de uma aliança sólida entre a polícia e as empresas de segurança privada^[3], numa reunião com os responsáveis das referidas empresas.

“A segurança privada é uma actividade necessária e indispensável para a missão da PN de manutenção da paz e tranquilidade da população, constituindo-se igualmente numa parte salutar da sociedade democrática nacional” disse o comissário^[4].

Segundo a Rádio Nacional de Angola, a reunião, “organizada pela Direcção Nacional de Ordem Pública, serviu para troca de informações sobre o estado da segurança pública no país, análise sobre a organização e funcionamento dos serviços de segurança e análise dos mecanismo de transição de informações^[5].

Em menos de uma semana após a realização da referida reunião, a 31 de Janeiro de 2006, o comando-geral da PN, através da sua Direcção Nacional de Ordem Pública, emitiu um comunicado contra graves irregularidades cometidas por empresas privadas de segurança. O comunicado acentuava a ameaça de tomada de severas medidas contra os prevaricadores.

O cometimento de crimes diversos, destacando-se os homicídios, disparos anárquicos e roubos, a exposição excessiva e desnecessária de armas de fogo durante a protecção de objectivos e na escolta de valores, são outros atropelos à Lei.

À lista de violações, junta-se o facto das empresas de segurança interditem a entrada do pessoal da Polícia Nacional em locais sujeitos por lei à fiscalização, tais como, Portos, Aeroportos, Hotéis, aeronaves e embarcações comerciais ou o desarmamento dos mesmos e outras entidades oficiais autorizadas por inerência de funções e devidamente identificadas^[6].

Sobre a relação entre a PN e as empresas privadas de segurança, as declarações do primeiro-ministro, Fernando Dias dos Santos, numa interpelação na Assembleia Nacional, a 2 de Maio de 2006, apresentam uma outra imagem.

“As empresas de segurança privada são órgãos subsidiários da Polícia Nacional, são supervisionadas e controladas pelo Comando-Geral da Polícia Nacional através da sua Direcção Nacional de Ordem Pública, devem informação ao comando-geral e à Polícia Nacional e são obrigadas a cooperar sempre que solicitadas^[7]”, afirma o primeiro-ministro e ex-comandante-geral da PN

3.6 Ping-pong

Sobre o caso da libertação dos garimpeiros detidos pelas empresas privadas de segurança e entregues às esquadras locais, vários oficiais locais, tanto em Cafunfo como no Luremo, argumentam, no mesmo diapasão, que tais empresas têm extravasado as suas competências e o combate ao garimpo passa pela criação de empregos.

Por não terem autorização superior para falar, os oficiais pedem anonimato. “Nós entendemos o drama das populações. Não têm empregos. Por exemplo, a Luminas emprega menos de 10 locais, praticamente nos serviços de limpeza.

A esse propósito, importa relembrar as afirmações do 2º comandante-geral da PN, Comissário Paulo de Almeida^[9], ao fazer o balanço da “Operação Brilhante”, por si coordenada. “É evidente que ali nessas regiões não há uma actividade produtiva visível. As pessoas não produzem, não há uma indústria e praticamente não há emprego. E a única fonte que elas julgam de rendimento é o garimpo. (...)”.

Na entrevista, o Comissário Paulo de Almeida não deixou de referir o papel das concessionadas. “Os próprios projectos de exploração diamantífera deveriam honrar os seus compromissos; no quadro dos contratos eles devem criar uma série de condições como escolas e outro tipo de realizações de carácter social. Tudo isso falhou. (...)”^[9]

“Eles torturam os garimpeiros e trazem-nos para aqui. Quando exigimos que eles assumam a responsabilidade dizem sempre que são ordens de Luanda. Não lhes podemos tocar. Não temos autorização. Se prendemos um deles vem logo uma ordem para soltá-lo”, remata a fonte policial.

4. As Forças Armadas Angolanas

Se por um lado, na sede do Cuango, o papel das FAA em relação à problemática dos diamantes se resume ao apoio circunstancial à Alfa-5 na caça aos garimpeiros, em Cafunfo, o seu comandante local, Brigadeiro Simão Safa Cotripa deixa escapar as suas ligações ao garimpo e suas consequências.

Importa, mesmo que de forma muito breve, abordar também a inserção das FAA no contexto das violações sistemáticas dos direitos humanos no Cuango. Nota-se o envolvimento, na qualidade de sócios das empresas privadas de segurança, dos principais generais do Exército, como patrões dos violadores.

Por sua vez, João Abreu Xicalo, 24, denuncia o Brigadeiro Simão Safa Cotripa como patrocinador do garimpo na área do Lucola e responsável moral pela morte do seu irmão Zeferino Muassefo, do seu tio Binoca Walikissa, e pelo ferimento de Mariana João.

Segundo o depoimento de João Xicalo, assim como de várias testemunhas, a mando do Brigadeiro Cotripa, o Tenente-Coronel Cawanga solicitou, ao Soba Kabundula, uma área de exploração de garimpo na margem do Rio Lucola em Cafunfo.

Para fiscalização da actividade de garimpo, instalaram-se na área 12 soldados da Polícia Militar devidamente armados. As testemunhas informam que, passados quatro dias de trabalhos, oito dos soldados receberam ordens de retirada, tendo permanecido quatro, entre os quais o cabo Jamba António, para verificar a lavagem do cascalho.

Consta que, durante a lavagem do cascalho, o cabo apoderou-se de uma pedra valiosa e decidiu celebrar, embriagando-se à vontade com kapuka. Na noite do mesmo dia, a 8 de Outubro de 2005, o referido cabo manifestou aos garimpeiros que trabalhavam no “projecto”, guardado por ele, a sua premeditação para matar alguém naquele dia.

“O meu irmão Zeferino disse-lhe – não vais matar ninguém, porque aqui ninguém te deve”, conta João Xicalo.

Zeferino Muassefo teve morte imediata com um tiro no peito, ao que se seguiu outro tiro fatal na orelha direita de Binoca Walikissa, tendo a vendedeira Mariana João sido alvejada nas nádegas. Esta sobreviveu ao ferimento e a família evacuou-a para Luanda a fim de receber assistência médica adequada.

“O cabo foi levado lá pelo Brigadeiro Safa Cotripa para controlar os seus projectos privados de garimpo. Das tropas que ele levou para lá quatro estavam no terreno quando isso aconteceu”, revela João Xicalo.

Os familiares das vítimas, encabeçados pelo Regedor Samukualo e o cidadão João Sambawaia, dirigiram-se ao Brigadeiro Safa Cotripa, responsável pela Guarnição de Cafunfo, que, tendo ouvido o caso, exprimiu as suas condolências e desembolsou a quantia de US\$800 para os óbitos.

“Ele disse que a responsabilidade não era da sua unidade, porque o autor era um desertor, que tinha sido expulso do exército por crime idêntico. No entanto, encaminhou o caso ao Procurador Militar, o Tenente Amaral, que nos disse ser normal a prática de desertores continuarem a envergar a farda militar para actividades de garimpo e outras de natureza criminal”, diz João Sambawaia.

Segundo o interlocutor, o Tenente Amaral informou-os sobre a criação de uma comissão de inquérito, para averiguar o caso e a eventual captura do criminoso. “Até à presente data nunca mais ouvimos falar da tal comissão nem de qualquer outra informação sobre o assunto”, lamenta João Sambawaia.

“Levámos o caso à Polícia Nacional. Eles, depois, nos informaram que abordaram o Brigadeiro Cotripa para saber do paradeiro do tropa. No dia seguinte voltámos à esquadra e o investigador nos disse que o caso já tinha sido transferido para o Dundo.

“Mandaram-nos ter, outra vez, com o Brigadeiro Cotripa. Fomos ter com ele e já não nos recebeu. Mandou a sua tropa, armada, para correr connosco da propriedade dele. Depois, ele gritou para nós – Dei-vos dinheiro para o óbito e vocês querem exigir?” Explica João Xicalo sobre o fim do caso sobre a morte dos seus familiares.

5. Sodiam e Ascorp: A cara e a coroa do garimpo

5.1 Sodiam Sarl

O *modus operandi* da Sodiam configura, de certo modo, a política de improviso do governo e, por consequência, da empresa pública Endiama, a quem o Estado atribui o exclusivo direito de concessionária no domínio dos diamantes.

Desde 2003, a Sodiam detém o direito exclusivo de comercialização de diamantes em Angola^[1]. A Endiama detém 99% da Sodiam, enquanto o Instituto Angolano de Participações do Estado (IAPE) segura 1% das acções.

Por sua vez, a Sodiam, representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Arnaldo Calado, assinou, a 24 de Abril de 2004, um contrato com a Lazare Kaplan International (LKI), uma companhia registada sob as Leis de Delaware, Estados Unidos da América, para a compra conjunta de diamantes no mercado informal, ou seja provenientes do garimpo.

A LKI entra na *joint-venture*, segundo o contrato a que o autor teve acesso, com experiência, capacidade financeira e *know-how* na comercialização de diamantes, assim como com a sua vasta rede mundial de vendas e distribuição^[2].

O caso da Sodiam merece atenção pormenorizada por se tratar da instituição oficialmente mandatada para negociar com os garimpeiros, as principais vítimas das violações dos direitos humanos nas Lundas.

Por acordo mútuo, a LKI obriga-se a prestar assistência técnica na comercialização dos diamantes do garimpo.

A alínea a) do Artº 6º do contrato, referente às obrigações da LKI é confidencial e está em branco. A alínea b) do mesmo articulado garante a assistência técnica da LKI em todas as fases do processo de compra de diamantes no mercado informal [garimpo^[3]]. Ademais, a alínea c) obriga a LKI a prestar “assistência na elaboração do relatório formal, num formato apropriado, durante a última semana de cada ciclo de transacções, sobre o trabalho realizado, perspectivas de mercado e sugestões e recomendações pertinentes^[4]”. Outro ponto importante a reter é a alínea e) do mesmo articulado em que a LKI participa na

organização dos postos de compra (localmente conhecidos como contuários^[6]) no mercado informal.

Para garantia de confidencialidade, as alíneas a) e b) do nº1 do artº 13º, referente ao tipo de impostos a aplicar nas transacções aparecem em branco. O disposto no nº2 do artº 13º já é explícito quanto à obrigação das partes em liquidar todos os impostos antes da exportação de diamantes. Que impostos? É mister perguntar, tendo em conta o facto da Sodiam/LKI não registar, emitir recibos das transacções, nos contuários, no acto de compra dos diamantes junto dos garimpeiros. O mesmo se passa com as transacções que decorrem nas matas, nos locais de garimpo.

O Artº 8º do Anexo I do Capítulo II do referido acordo, estipula a supervisão dos postos de compra de diamantes, por um ou mais especialistas de avaliação da LKI, enquanto os articulados 9º, 11º e 12º aparecem em branco. Uma vez adquiridos, em parceria, a LKI passa a ser proprietária exclusiva dos diamantes (take sole title) de acordo com o Artº 13º do contrato.

Com essa descrição do contrato, que liga a LKI à Sodiam, se pode julgar a co-responsabilidade da primeira no incentivo ao garimpo e na fuga ao fisco. A Sodiam/LKI revela-se, também, cúmplice nos abusos perpetrados pelas empresas privadas de segurança contra os garimpeiros, em particular pela K&P Mineira, que também protege os seus contuários e acompanha os seus compradores nas negociações com esses mesmos garimpeiros.

Para evitar a exaustão, lista-se apenas os principais postos de venda situados na localidade de Cafunfo, a localidade, na região do Cuango, com maior dinâmica no tráfico informal de diamantes:

Tabela 1

Comprador	Localidade	Empresa de Segurança
Alidep's – Sodiam/LKI	Cafunfo	K&P Mineira
Baba – Sodiam/LKI	Cafunfo	K&P Mineira
“Casa Mãe” – Sodiam/LKI	Cafunfo	K&P Mineira
Free Sam – Sodiam/LKI	Cafunfo	K&P Mineira
Miami – Sodiam/LKI	Cafunfo	K&P Mineira
Tshatsho Bala – Sodiam/ LKI	Cafunfo	K&P Mineira

Na arena internacional, a LKI manifesta-se como apoiante integral e cumpridora das políticas que proíbem a comercialização de diamantes de conflito e previnem a lavagem de dinheiro. Ademais, afirma cumprir, na íntegra, com a legislação norte-americana referente à comercialização transparente de diamantes e contra o branqueamento de capitais^[6].

A companhia demonstra orgulho em ser um dos membros fundadores, entre muitas que subscreve, da iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas, para “a partilha de valores e princípios que darão uma face humana ao mercado global”.

Esse orgulho se estende na parceria e na cobertura diplomática que encontra junto do governo norte-americano, através da sua Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID), com a qual Maurice Tempelman, o patrão da LKI, se associa na qualidade de filantropo.

Ambas as instituições anunciaram, a 16 de Junho de 2005^[7], com grande cobertura mediática, a disponibilização de US\$1,5 milhão, por parte da LKI e sob gestão da USAID, para “melhorar a oferta de serviços sociais à população local e oferecer oportunidades de crescimento económico^[8]”. O Jornal de Angola especifica esse apoio, durante um período de três anos, como sendo o “acesso aos cuidados de saúde, à educação e ao crédito para as comunidades locais^[9]”.

De certo modo, essa parceria, pela especificidade da região, revela um dos maiores dramas de África. Regiões extremamente ricas são reduzidas a teatros

de representação da filantropia ocidental, de uma suposta ajuda humanitária para a sua estabilidade e desenvolvimento humano pelos mesmos interesses que as saqueiam, e sempre em estrita cumplicidade com os poderes cleptomaniacos locais.

Odete António poderá ser, por exemplo, uma das eventuais beneficiárias das oportunidades que a LKI e a USAID se dispõem a criar. A 28 de Março de 2006 os seguranças da K&P Mineira, da mesma empresa que protege a Sodiam/LKI impediram-na, e a um grupo de camponesas, de colocar a sua mandioca no Rio Cuango, para a transformar em bómbo, o principal alimento da região. Com o argumento de que as mulheres servem de vigias para, supostamente, avisar os seus maridos da aproximação dos seguranças, camponesas e garimpeiros são tratados da mesma forma. O exemplo de Odete António é generalizado na bacia hidrográfica do Cuango.

Maior parte da população do Luremo cultiva nas áreas de Cangau, Txatxo e Poco. Assim, impedem-nos de sobreviver por iniciativa própria, sem que lhes seja proporcionado condições alternativas de trabalho e se criam expedientes para transformar gente trabalhadora, auto-suficiente, em dependentes crónicos da pretensa caridade internacional.

Em Angola, em particular no Cuango, a face humana é a da tragédia, em contradição com os princípios vivamente alcandorados por Maurice Tempelman. “O desenvolvimento humano” que a parceria USAID/LKI promove nas Lundas configura, pois, o branqueamento diplomático de uma situação de terror.

Bastaria à LKI de Maurice Tempelman realizar, na região, um negócio que primasse pelo respeito dos direitos elementares da população. Sem direitos não há oportunidades.

5.2 Sodiam Internacional

Por sua vez, como parte da estratégia de expansão da Endiama no mercado internacional, esta associou-se ao Grupo Lev Leviev na constituição da Sodiam International Ltd, uma empresa de direito israelita^[10].

Assim, a Sodiam International Ltd. encarrega-se da comercialização de “parte considerável dos diamantes de Angola, a partir dos seus escritórios em Tel Aviv” provenientes do sector formal^[11], escreve a revista da Endiama.

Essa operação resume-se, de forma primária, na aquisição, por parte da Sodiam International Ltd. de diamantes à Sodiam SARL, a detentora exclusiva dos direitos de comercialização de diamantes no mercado angolano^[12].

Para o efeito, o Grupo Leviev financia a compra de diamantes e responsabiliza-se “pela promoção da formação de quadros angolanos nas áreas de avaliação e comercialização de diamantes no mercado internacional^[13]”.

Essa sociedade tem, por outro lado, a missão de “granjear prestígio internacional a nível da indústria, tornando a Sodiam uma marca conhecida e respeitada^[14], bem como a maximização das receitas resultantes da venda de diamantes.

As palavras de Lev Leviev, no acto de inauguração da Sodiam Internacional, Em Israel, numa cerimónia presidida pelo ministro israelita das Finanças, Benjamin Netanyahu, são um aviso à navegação e auto acusatórias. “Como nos ensinam os sábios, um bom negócio é aquele que gera benefícios para todos. Queremos que todos saiam a ganhar. E, para quem, como nós, sabe o que é sofrer na carne a dor causada pela guerra, quando se deseja algo a alguém acontece muito rápido. Queremos progresso para o povo de Angola^[15]”.

5.3 Ascorp e a Lei do Poder

Em 2003, o governo manifestou o seu descontentamento para com Lev Leviev, por incumprimento das obrigações contratuais que os animavam e conseqüente falta de benefícios para o país. Assim, anulou o Acordo-Quadro de 11 de Outubro de 1999^[16] que concedia à Angola Selling Corporation (Ascorp) o direito exclusivo da compra de diamantes

angolanos, e em cuja constituição a Welox, de Lev Leviev, e a Trans Africa Investments, detêm 49% do capital.

Estranhamente, a Ascorp, apesar da revogação do contrato, até à presente data continua a operar na região do Cuango, e para além desse domínio, no agenciamento e compra de diamantes dos garimpeiros.

A tabela seguinte demonstra os principais postos de compra da empresa em Cafunfo, cuja segurança está a cargo da K&P Mineira. Esta empresa está associada à Ascorp, com quem partilha escritório, em Luanda, à Rua Comandante Kwenha, 279, Bairro do Maculusso. O Director-Geral K&P Mineira, José Gomes Maria Rodrigues exerce parte das suas funções no edifício sede da Ascorp, à Rua Tipografia Mamã Tita, Edifício Soleil B.

Tabela 2

Comprador	Localidade	Empresa de Segurança
Ascorp Casa Mãe	Cafunfo	K&P Mineira
Andy – Ascorp	Cafunfo	K&P Mineira
Didy Kinwany – Ascorp	Cafunfo	K&P Mineira
Djopiss – Ascorp	Cafunfo	K&P Mineira
Hassana Bokolo – Ascorp	Cafunfo	K&P Mineira

Lev Leviev aparece, numa outra frente, com 47% do capital da fábrica de lapidação de diamantes (Angola Polishing Diamonds SA), inaugurada em Luanda, a 3 de Novembro de 2005, pelo Presidente da República José Eduardo dos Santos. A Sodiam retém 48% da sociedade, enquanto um consórcio de empresas angolanas (PROJEM) assume os restantes 5% do negócio. Essa iniciativa pretende gerar receitas no valor de US\$240 milhões por ano com a exportação de diamantes lapidados^[17], procurando reduzir, desse modo, as perdas com a exportação apenas de diamantes em brutos. “Por cada USD 9 milhões de diamantes em brutos vendidos ao exterior, os nossos clientes estrangeiros depois de os lapidarem arrecadam qualquer coisa como USD 56 milhões” salienta uma das administradoras da Endiama Prospecção e Produção, Sandra Vasconcelos^[18].

Por aqui se pode notar o beneplácito das mais altas instâncias do país à promiscuidade comercial e à ilegalidade. Lev Leviev dá volta ao fim do contrato da Ascorp, e torna-se sócio da Sodiam Internacional, parte da subsidiária da Endiama que detém o direito exclusivo de comercialização de diamantes, no exterior do país. Ademais, controla metade das acções da fábrica de lapidação e impõe-se, também, na compra de diamantes do garimpo, através da Ascorp, mesmo sem cobertura legal. E, como se não bastasse, a promiscuidade dos negócios leva-o, também, a ter as suas impressões digitais na K&P Mineira.

6. As exploradoras

“Eu, como Rainha, tenho de ir ao rio tomar banho, porque não há água canalizada. O rio é nosso, agora não podemos pôr lá os pés. Eu lamento. Fizemos rituais para esses senhores explorarem os diamantes, agora nos escorraçam, na nossa própria terra. Muana Cafunfo, 2.04.06

6.1 Endiama

Na qualidade de concessionária exclusiva dos direitos mineiros, ao abrigo das Leis 1/92 e 16/94, a Endiama participa na prospecção, pesquisa, reconhecimento e exploração de diamantes na bacia do Cuango. Actualmente fá-lo através dos projectos designados por SDM, SMC e Luminas que mais adiante são abordados de forma individual e ao pormenor.

Ademais, a Endiama, através da sua subsidiária Sodiam, que detém o direito exclusivo de comercialização dos diamantes de Angola, se associa à empresa LKI e ao Grupo Lev Leviev para facilitar e rentabilizar a venda dos diamantes.

Outrossim, a Endiama é co-proprietária da Alfa-5, uma empresa privada de segurança que responde pela protecção de um número considerável de projectos diamantíferos, incluindo a SDM e o Catoca, o quarto maior kimberlito do mundo, situado na província da Lunda-Sul.

Pelo seu papel exclusivo e o seu carácter de intervenção em todos os projectos ora em análise, a Endiama detém responsabilidades também exclusivas sobre a situação dos direitos humanos no Cuango. Por conseguinte, a Endiama deve assumir a responsabilidade pelo modo como o comportamento das empresas privadas de segurança e dos seus clientes, as exploradoras, afecta os garimpeiros e a população local, em geral.

A 22 de Maio de 2006, a Endiama realizou uma reunião do seu Conselho Consultivo Alargado, tendo discutido fundamentalmente, segundo uma fonte da empresa, a responsabilidade das empresas privadas de segurança nos actos de violência contra os garimpeiros, bem como a transformação destes em trabalhadores artesanais e protegidos por lei.

Tendo a Endiama declinado fazer comentários oficiais, a fonte¹⁰ refere a criação de uma comissão técnica para verificar e investigar os actos individuais dos agentes das empresas privadas de segurança e entregá-los à justiça.

Quanto aos garimpeiros, a mesma fonte confirma ter a empresa chegado à conclusão de que a melhor via para solucionar o problema do garimpo é a provisão de um mecanismo legal conducente ao estabelecimento de “cooperativas de artesãos”.

“Estamos a discutir uma aproximação empresarial em que os garimpeiros passam a trabalhadores artesanais, organizados em cooperativas, para explorarem áreas não-industriais e venderem a sua produção oficialmente para evitar o tráfico ilegal de diamantes”, revela a fonte.

“Para o efeito, vamos identificar as áreas não exploráveis, em termos industriais ou aquelas já abandonadas e ver como atribuir essas pequenas concessões aos artesãos sem perigar o espaço das actuais concessões ou outras a outorgar”, continua a fonte.

Mais afirma não ter sido levantada a questão da ausência de registo de transacções entre a Sodiam, Ascorp e os garimpeiros, no sentido de se garantir, também, a protecção dos interesses destes. Assim como serviria para controlar o fluxo de negócios e os devidos valores a que o Estado tem direito em matéria de impostos e outros.

Enquanto a Endiama se expande em num mundo altamente industrializado e rico como Israel, Bélgica, Hong-Kong, Dubai e Nova Iorque, no Cuango, a segunda região que mais diamantes e receitas lhe garante, a empresa pública e as suas associadas apenas se mostram preparadas para deixar rastros de miséria e de destruição ambiental no quintal, Angola.

Nem sequer uma tenda a Endiama consegue montar no local para manifestar a sua presença social junto das populações locais.

6.2 Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM)

“Precioso é o homem”
Slogan da SDM

A distância entre o slogan de relações públicas da SDM e a realidade é, sem rodeios, a da publicidade enganosa, como se verificará no inventário de abusos no Cuango (cfr. Secções 7.1.2 e 7.1.3).

Com uma área de concessão de 2,950 km², na bacia hidrográfica do Cuango, a SDM é uma empresa mista entre a Endiama, com 50% das acções, e a brasileira Odebrecht Mining Service Inc. (OMSI), detentora da outra metade das acções .

Em 2004, a SDM alcançou uma retenção de 622 mil quilates^[2], que a manteve como o segundo maior produtor de diamantes em Angola, com 11%, ao passo que o Projecto Catoca liderou com 67% do total de 4,8 milhões de quilates extraídos formalmente. A SDM reportou vendas no valor de US\$102,693 milhões e lucros de US\$16,251 milhões. No entanto, a SDM estima, para 2006, a exaustão da actual área de concessão.

No Brasil, país de origem da Odebrecht, os abusos de que esta é co-responsável, no Cuango, como gestora da SDM e cliente da Alfa-5, teriam merecido o repúdio da opinião pública brasileira e investigação por parte das suas entidades judiciais. Em Angola, país que acolhe as suas promíscuas relações com o poder lhe conferem imunidades e simpatia.

Há muitos anos, como ilustração do nível de promiscuidade e de conflitos de interesse, a Odebrecht hospeda nos pré-fabricados de madeira da sua base habitacional da Vila do Gamek, em Luanda, parte da *nomenklatura*. A tabela (cfr. Anexo 9.3) proporciona uma amostra das figuras que têm titularidade de residência entre os expatriados brasileiros, dos quais se incluem a filha primogénita do Presidente da República, um dos seus assessores, altos generais e ministros.

Por outro lado, a Odebrecht é o que se pode considerar como das mais privilegiadas companhias a operar em Angola, sendo inclusive uma das principais curadoras da Fundação Eduardo dos Santos, do Presidente da República.

Em meados de 2005, os trabalhadores da SDM escreveram ao Vice-Presidente do MPLA e Ministro da Administração Pública e Segurança Social, Pitra Neto, para denunciar o “neo-colonialismo” do director da referida empresa, o brasileiro Marcelo Gomes, através de “actos de injustiça e discriminação contra os trabalhadores angolanos^[3]”.

6.3 Sociedade Mineira do Cuango (SMC)

*“Nós extraímos diamantes
Mas quem brilha aqui é o homem”
Slogan da ITM, gestora do projecto*

6.4 Sociedade Mineira Luminas

A Luminas controla uma área de exploração aluvial de diamantes, na bacia hidrográfica do Cuango, de cerca de 2,690 km², assim como uma segunda área adjacente de 246 km². Desde Março passado, a propriedade da Luminas se encontra em disputa no Tribunal Federal dos Estados Unidos, em Washington D.C, depois da Endiama ter sido processada, a 18 de Maio de 2005, no Estado do Texas, pela IDAS Resources^[4].

De acordo com o contrato subscrito a 31 de Outubro de 2002, a IDAS, como financiadora do projecto, detinha uma participação de 51% do capital, a Endiama 38% e a Twins Ltd, 11%. Uma vez recuperado o investimento da IDAS, esta transferiria 2% das suas acções à Twins Ltd.

A Twins Ltd é uma empresa do General António dos Santos França “Ndalú”, último Chefe do Estado-Maior General do Exército das extintas FAPLA^[5], ex-embaixador de Angola nos Estados Unidos da América e actual Presidente da De Beers Angola.

O General França Ndalú tem a sua sede no paraíso fiscal das Ilhas Cook (Pacífico), no endereço ANZ House, Main Road, Avarua, Rarotonga. A companhia entra na sociedade para, segundo o ponto a) do Art^o 7^o do acordo, “mobilizar os meios necessários ao seu alcance, por forma a garantir a eficiência e a segurança das operações^[6]”.

No entanto, o projecto arrancou sem a IDAS, uma concessionária da Aداstra Minerals Inc. A partir de Setembro de 2004, esta entendeu que a Endiama renunciou às suas obrigações contratuais^[7] e recorreu ao litígio contra a empresa angolana, acusando-a de negligência e má-fé, tendo solicitado compensação pelos danos causados.

Por sua vez, a empresa Nofar Mining B.V, de origem holandesa, aparece como interveniente no projecto, segundo tabela providenciada pela Endiama ao FMI^[8]. Nas

instalações da Luminas, no Luremo, um enorme placard anuncia as boas-vindas em tchokwé, português e russo.

Diligências junto da Endiama dão conta que a terceira parceira do projecto, a Nofar Mining B.V, é uma empresa privada criada pelo Grupo Lev Leviev e que detém o capital anteriormente reservado à IDAS Resources. Razão pela qual o projecto também dá as boas-vindas em russo, a língua de negócios de Lev Leviev, em Angola,.

7. Os agentes da nova ordem, práticas sistemáticas de sadismo e crueldade

*Vocês pensam que os contuários dos estrangeiros
Estão a comprar milho? Se são diamantes,
então, quem está a cavá-los?
João José Massaco, 36 anos, garimpeiro*

7.1 Alfa-5

7.1.1 Breve Anotação sobre a Alfa-5

A Alfa-5 foi criada a 25 de Fevereiro de 1993, com o objectivo primário de intervir e proteger as áreas diamantíferas nos anos de guerra.

Para além do Grupo Endiama, detentora de 30% do capital, os outros sócios são⁽¹⁾:

- General César Augusto Pugliese
- Rui Carlos Sousa Gaio
- Laurinda Cassuamo Nelumba, casada, sob regime de comunhão de bens, com o General Agostinho Fernandes Nelumba "Sanjar", actual Chefe do Estado-Maior General das FAA.
- Agostinho César de Matos, irmão do General João Baptista de Matos, então Chefe do Estado-Maior General das FAA, por altura da criação da empresa.

O artº4º da escritura da Alfa-5 determina o seu objecto social, "independentemente de qualquer outra actividade que o Conselho de Administração decida empreender e seja legalmente permitido por lei". Importa reproduzir os dois primeiros pontos, dos seis que o constituem:

1. "Prestação de serviços de segurança privada através do controlo de áreas de acesso reservado, a protecção e vigilância de bens patrimoniais móveis e imóveis, de instituições e estabelecimentos públicos e particulares, nomeadamente de natureza financeira, industrial ou comercial.
2. Formação de pessoal para o exercício dessas actividades".

A Alfa-5 possui um centro de formação em Viana, Luanda, onde os seus efectivos são submetidos a um programa rigoroso de formação. Por isso, os abusos cometidos não são obra de guardas ignorantes ou com fraca preparação.

Algumas das operações realizadas pela Alfa-5 contam com a colaboração das FAA, cujo comando militar da região se encontra ligado às instalações centrais da SDM. O acesso principal à SDM é feito, antes, por um posto de controlo das FAA, que procede à primeira identificação, ao que se segue a cancela gerida pela Alfa-5.

Essa ligação estreita, a nível da associação comercial de generais à Endiama, da partilha física de espaço entre as FAA, SDM e Alfa-5, bem como as operações conjuntas, revelam a dificuldade em acusar, de forma precisa, o grupo ou indivíduo responsável pelos abusos cometidos na região do Cuango.

A presença de um cidadão estrangeiro armado, a quem os garimpeiros acusam de comandar algumas das operações de que têm sido alvos, levanta muitas interrogações. Das informações recolhidas no local, evoca-se o nome de Jimmy Gildier, um cidadão britânico, responsável pela segurança da SDM.

De forma corajosa, o Soba Xassamba, de Txipexe, revela a rotina dos pescadores locais em retirar corpos de garimpeiros nas zonas ribeiras onde colocam as suas

armadilhas, os aldeões acarretam água entre outras tarefas domésticas, e afirma que a “Operação Kissonde, dessa empresa, está a matar muito. Há lá um branco, o Jimmy, que é muito mau e está à frente disso”.

Perante a estupefacção, um jovem local contou sobre o encontro do seu grupo com um cidadão estrangeiro, a quem reconheceu apenas ser de raça branca, que havia decidido “caçar” os garimpeiros de forma solitária, armado com uma AK, cartucheira no peito, e uma catana.

“Ele surpreendeu-nos, apontou-nos a arma e, ao tentar aproximar-se para nos obrigar a deitar e amarrar, eu puxei-lhe a arma e espancámo-lo com pontapés e coronhadas. Depois, pusemo-nos em fuga porque sabíamos que os homens da Alfa-5 andavam por perto. Eles foram retaliar à toa, contra os jovens com quem eles cruzavam e na vila do Cuango, estavam com muita raiva”, conta o jovem.

7.1.2. Sumário de Violações em 2006

Caso nº

Vítima: Vemba Careca, 32 anos, natural do Uíge

Data: 28 de Maio de 2006

Local: Kakuku, Cuango

Descrição dos acontecimentos: Os guardas da Alfa-5, ao avistarem um grupo de garimpeiros na labuta, dispararam sem aviso contra os mesmos. Uma bala atingiu Vemba Careca no lado esquerdo do peito. Com um morto no terreno, os seguranças bateram em retirada.

Os sobreviventes dirigiram-se ao Comando Municipal da PN, na vila do Cuango, para denunciar o homicídio. Assim, os responsáveis da Alfa-5, segundo informações recolhidas junto das instâncias policiais, encaminharam os autores do tiroteio à PN. Esta, por sua vez, instou a direcção da SDM a assumir a compra do caixão e o transporte do corpo para Cafunfo, onde se encontra a família do malogrado, para a realização do funeral.

Caso nº 2

Vítima: Guilherme Carlos Martins, 27 anos, natural do Lubalo, Lunda-Norte

Data: 28 de Maio de 2006

Local: Tximbulagi, Cuango

Descrição dos acontecimentos: Uma bofetada na cara, para início de conversa, coronhadas por todo o corpo e uma noite inteira amarrado de forma brutal pelos pulsos parecia ser todo o sofrimento de Guilherme Martins, aprisionado pela Alfa-5, por volta das 19H15, enquanto garimpava na margem do Rio Cuango.

“Às 6H00, do dia seguinte, surraram-me com um cabo eléctrico, nas costas. Quando viram que eu estava muito inflamado, libertaram-me. As minhas mãos estão deficientes. Já não consigo pegar em nada”, lamenta Guilherme Martins.

Caso nº 3

Vítima: Joaquim José, 28 anos, natural de Cafunfo

Data: 5 de Maio de 2006

Local: Vuka, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Numa ronda, após a meia-noite, uma patrulha da Alfa-5 surpreendeu, dentre vários garimpeiros, Joaquim José a cavar. Apanhou uma surra com cabos eléctricos, que lhe deixou marcas por todo o corpo. Passou o resto da noite sob

detenção. Às 8H00, como “pequeno almoço” teve direito a oito moccas na região lombar, deitado de barriga para baixo.

O cidadão confirma apenas o mesmo castigo para outros garimpeiros sem precisar o número porque, de acordo com as suas explicações, apenas se preocupou com o seu próprio sofrimento.

Caso nº 4

Vítima: António Jaime, 29 anos, natural do Moxico

Data: 9 de Abril de 2006

Local: Ilha de Txissueia

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha de seis elementos da Alfa-5 abordou igual número de garimpeiros, ao fim da tarde. Obrigou os garimpeiros a despir as suas vestes e submeteu-os à sessão de espancamentos. Seis pás nas nádegas e duas nas mãos para cada um.

“Eles queriam colocar o cabo da pá entre as minhas pernas e depois puxar com força para soltar o cabo, da pá. Eu disse que eles me podiam bater mas assim não. Podiam me matar.

“O Daniel, da Alfa-5, disse que tinham de me bater muito porque eu, como geólogo do bairro, tinha sido chamado por eles para lhes mostrar onde estão os diamantes. Eu tinha recusado”, justifica António Jaime, que mereceu mais duas palmatórias com uma pá.

“O poder que eles têm é a nossa falta de união. Eles embebedam os regedores e sobas para estes não permitirem a discussão dos problemas do povo. Não temos governo”, desabafa o cidadão.

Caso nº 5

Vítima: Novais Mbuambua, 32 anos, natural de Caungula, Miguel Sueti, 30 anos, natural de Xá-Muteba, e Garcia Muacabalo, 45 anos, natural da Lunda-Norte

Data: 30 de Março de 2006

Local: Margens do Rio Cuango, área de Cassexe

Descrição dos acontecimentos: Uma composição mista de efectivos da Alfa-5 e agentes da PN, em número não determinado, envolveu os garimpeiros por volta das 19H00.

Como parte do ritual, os seguranças obrigaram os garimpeiros a deitar de barriga para baixo e executaram a sentença. Bateram-nos à vontade com o cabo de uma pá, nas nádegas, costas e membros inferiores. Outros agentes, impacientes pela sua vez, segundo Miguel Sueti, pontapeavam os garimpeiros em qualquer parte do corpo. Até à data de recolha dos depoimentos, a 3 de Abril de 2006, Novais Mbuamba ainda apresentava ferimentos na coxa direita.

Caso nº 6

Vítima: Zelito Lunga Umwe, 36 anos, natural do Dundo, Lunda-Norte,

Data: 28 de Março de 2006

Local: Txissueia

Descrição dos acontecimentos: A ceia de Zelito Umwe, na companhia de três outros garimpeiros, por volta das 19H00, terminou com vômitos de sangue. Uma patrulha da Alfa-5 encontrou-os a comer e, sem boa-noite nem bom apetite, desatou a espancá-los com coronhadas e moccas. Segundo Guilherme Adriano, um dos garimpeiros, o seu primo Zelito Umwe foi quem mais coronhadas apanhou ao ponto de vomitar sangue, que também lhe escorria pelas narinas. “Ele acabou por levar 13 pontos nas costas, por causa de uma

coronhada”, conta o primo que disse ter sido sofrido muito também, mas não ao ponto de sofrer graves lesões.

Caso nº 7

Vítima: Zelito Mualunene, 28 anos, natural do Cuango

Data: 28 de Março de 2006

Local: Txissueia

Descrição dos acontecimentos: Duas pás desferidas na região lombar do cidadão em causa foram o suficiente para deixá-lo acamado por 15 dias. Uma patrulha da Alfa-5 encontrou-o a garimpar, entre muitos cujo número não soube especificar, por volta das 14H00, obrigou os prisioneiros a mudar a roupa e cortou um pé de cada par de calças recolhido.

De acordo com Zelito Mualunene, a seguir, os garimpeiros receberam ordens para deitarem-se, de barriga para baixo, e assim lhes foi administrado o espancamento nas costas e nas nádegas. Os guardas da Alfa-5, conta o garimpeiro, procederam, adiante, à queima das camisas e calçados das vítimas e bateram em retirada, deixando-as apenas com as “calças amputadas”.

Caso nº 8

Vítimas: Luciano Joaquim, Adriano Ngamatchituba e Sozinho Walinhengue e Alexandre Quianga, 35 anos, natural de Capenda-Camulemba, Lunda-Norte

Data: 15 de Março de 2006

Local: Riacho Txicuele, nos arredores da Vila do Cuango

Descrição dos acontecimentos: Segundo depoimentos de Alexandre Quianga, um efectivo de 18 operacionais da Alfa 5 surpreendeu, por volta das 10H00, um grupo de 27 garimpeiros a laborar no riacho. “Eles começaram a disparar bué de tiros, tipo guerra”, enfatiza o entrevistado.

Tendo impedido a fuga dos garimpeiros, os seguranças prosseguiram a sua acção dando ordens para que os garimpeiros despissem as suas vestes e alinhassem, deitados no chão, de barriga para baixo, para administrarem o castigo. Alexandre Quianga descreve o que se passou a seguir. “Bateram-me nas nádegas, com uma pá. Levei três vezes. Depois acrescentaram-me três mocas em cada uma das mãos e levei mais três no braço direito que me partiu os ossos”.

Luciano Joaquim, Adriano Ngamatxituba e Sozinho Walinhengue, que se encontravam no grupo de garimpeiros e passaram pela mesma punição, apareceram, mais tarde, mortos com sinais de esfaqueamento e golpes de catana, instrumento muito usado nos actos de tortura pelos agentes de segurança privada.

Caso nº 9

Vítima: Francisco Paulo Ita, 29 anos, natural do Cuango

Data: 15 de Março de 2006

Local: Ilha de Txissueia

Descrição dos acontecimentos: Uma composição de 30 elementos da Alfa-5 e três soldados das FAA tomou de assalto a ilha, por volta das 9H00 da manhã, e aprisionou seis garimpeiros, de acordo com Francisco Ita.

“Revistaram-nos os ânuses com as varetas das armas, que espetavam mesmo lá dentro”, explica o garimpeiro sobre o modo como os seus captores procuravam por diamantes.

Já na sessão de tortura, os elementos da Alfa-5 e das FAA obrigaram os garimpeiros a despir as roupas e, segundo o entrevistado, “ bateram-nos com bastões eléctricos nas nádegas, palmas da mão e plantas dos pés”.

Francisco Ita conta ter apanhado 29 bastões porque os seus algozes adoptaram o sistema de bater de acordo com a idade de cada vítima.

“Transportaram-nos, depois, até à porta de armas das FAA [Comando Regional] onde nos libertaram de cuecas”, afirma o garimpeiro.

Recalcitrantes, o mesmo grupo de garimpeiros regressou à Ilha, ao fim da tarde, no afã de proceder à lavagem do cascalho. Capturados. “Dessa veja mijei sangue com a porrada”, descreve Francisco Ita.

Qual teimosia, os garimpeiros tentaram uma terceira vez, à meia-noite, lavar o cascalho e caíram na emboscada. “Eles nos disseram que o Governo vendeu até os rios e vocês vão ficar apenas com os piolhos”, ressalta o cidadão. Francisco Ita refere que os guardas espancaram os garimpeiros, à vontade, com pontapés, socos e mocas.

Caso nº 10

Vítima: Januário Sebastião, 33 anos, natural do Cuango

Data: 15 de Março de 2006

Local: Riacho Txicuele, nos arredores da Vila do Cuango

Descrição dos acontecimentos: Integrante do grupo de 27 garimpeiros aprisionados nas margens do Riacho Txicuele, para além de salientar como foi castigado “com duas pás reforçadas nas nádegas, três porretes nas mãos e duas mocas das costas”, denuncia a queima das roupas dos garimpeiros depois de terem sido obrigados a despir.

“Depois da porrada, meteram-nos num camião Kamaz e levaram-nos para uma mata, a uma grande distância da vila, e deixaram-nos lá. Tivemos de regressar a pé”, conta Januário Sebastião.

Numa revelação curiosa, o garimpeiro afirma que a operação foi dirigida por “um branco estrangeiro, muito mau, que só anda com catana e aleija os garimpeiros”.

“Nós costumamos a ver muitos corpos no rio. Os Alfa-5 se encontram, por exemplo, uma pessoa isolada ou três, eles aniquilam mesmo”, pontualizou.

Caso nº 11

Vítima: Gonçalves Mateus, 28 anos, natural do Cunene

Data: 10 de Março de 2006

Local: Margens do Rio Lulo, Muxinda

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha da Alfa-5 chefiada por um cidadão identificado pelo nome de Abreu Afonso, abordou, logo pela manhã, um grupo de quatro garimpeiros na labuta. Três escaparam.

De acordo com Salvador Caetano, que conseguiu escapar, os efectivos da Alfa-5 obrigaram Gonçalves Mateus a beber água do rio enquanto o pontapeavam no traseiro, mergulharam a cabeça da vítima na água e continuaram a espancá-lo. “Um dos guardas espetou-lhe uma baioneta no lado direito da cara e abandonaram-no. Saímos dos esconderijos, levámos o Gonçalves até Cafunfo e daí o evacuamos para Luanda”, testemunha Salvador Caetano.

Caso nº 12

Vítima: Armando Gonçalves Tomás, 30 anos, natural do Uíge

Data: 7 de Março de 2006

Local: Bairro da Pedreira, Cuango

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha da Alfa-5 interpelou o cidadão na via pública, revistou o saco em que levava material de garimpo e, mediante, tal evidência, segundo o seu testemunho, passaram ao acto de punição.

De acordo com Armando Tomás, os seguranças espancaram-no com o cabo da pá, torceram-lhe o braço direito até deslocar os ossos e o arrastaram, a uma boa distância, para a margem do Rio Cuango, supostamente para o afogarem. “Graças a mim, que estava lá no rio e dei conta da situação. Deixaram o indivíduo e levei-o até ao bairro”, conta o pescador, preferindo o anonimato, que o salvou.

Armando Tomás teve de ser evacuado, pela família, a fim de receber tratamento médico adequado em Luanda.

Caso nº 13

Vítima: Nzuzi Kamata, 40 anos natural da RDC

Data: 18 de Fevereiro de 2006

Local: Ponte sobre o Rio Cuango, área de Muxinda

Descrição dos acontecimentos: Os seguranças da Alfa-5, de acordo com o testemunho do seu amigo e companheiro de garimpo Tozé Gilberto, interpretaram os argumentos de irmandade, boa vizinhança, desemprego e redistribuição de riqueza articulados por Nzuzi Kamata, como uma aula de moral e uma afronta à sua autoridade.

Tozé Gilberto declara que Nzuzi Kamata se encontrava na ponte, perto das 9H00, com o seu material de garimpo, onde os seguranças o abordaram, interrogaram e o espancaram. Em função da resposta sobre as razões que o levavam a garimpar em território alheio, os guardas atestaram inúmeras coronhadas na cabeça e na região abdominal do congolês, segundo o amigo que estava presente no local do acontecimento.

Os guardas deixaram-no em estado crítico. Tozé Gilberto socorreu Nzuzi Kamata até um posto médico na Samba, em Muxinda. De acordo com o seu depoimento, o congolês faleceu na madrugada do dia seguinte.

Caso nº 14

Vítima: Simão Manuel, 41 anos, natural de Malanje

Data: 17 de Fevereiro de 2006

Local: Área de garimpo 28, Muxinda, município de Xá-Muteba

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha da Alfa-5 cruzou, na via pública, com Simão Manuel. Este tinha em sua posse alguns “meios de trabalho”, no caso peneiras. Os guardas, segundo o malanjino, perguntaram-lhe sobre a sua actividade ao que respondeu ser vendedor de material de garimpo. Não esperando pela segunda pergunta, tentou a fuga e foi alvejado com dois tiros no braço esquerdo.

“Os homens abandonaram-me no local. Um senegalês recuperou-me, pôs-me num carrinho de mão e foi andando comigo até aparecerem os meus amigos Moniz Ngongo e o Edgar Morais que me levaram até à família”, conta Simão Manuel.

A família cuidou de evacuá-lo para o hospital de Saurimo, onde recebeu a devida assistência médica.

Caso nº 15

Vítima: Calunga Bernardo, 26 anos, natural de Xá-Muteba

Data: 14 de Fevereiro de 2006

Local: Txipaxi, arredores da vila do Cuango

Descrição dos acontecimentos: Ao fim da tarde, 13 efectivos da Alfa-5 detiveram 14 garimpeiros. “Quando nos apanharam, eu disse que era angolano e não me deviam maltratar por estar na minha terra. Um dos guardas mandou-me f****”.

“Aí, ele ordenou [aos outros guardas] que me amarrassem com cordas. Bateu-me com 15 porretes nas nádegas e sete nas plantas dos pés.

“Queimaram as nossas roupas, incluindo o meu bilhete de identidade. Levaram-nos de carro até à vila do Cuango, nós sem roupa, e giraram connosco para que todos, até as mães no mercado, nos vissem. Passámos frente à administração municipal, à casa do administrador e Comando Municipal da PN”, lamenta Calunga Bernardo.

Numa outra fórmula de castigo, os guardas conduziram os garimpeiros em direcção ao município de Xá-Muteba, onde os libertaram, na mata. “Fizemos uma caminhada de mais de seis horas para regressar ao Cuango”.

“Estamos como órfãos, sem ninguém para defender-nos. Sofremos muito”, diz o cidadão.

Caso nº 16

Vítima: Da Costa, 34 anos, natural do Cuílo, Lunda-Norte

Data: 13 de Fevereiro de 2006

Local: Txipaxi, arredores da vila do Cuango

Descrição dos acontecimentos: Ao serem abordados por uma patrulha da Alfa-5, em número não determinado, 13 garimpeiros ousaram revoltar-se contra os seus perseguidores. De acordo com o depoimento de Da Costa, os seguranças feriram um dos garimpeiros a tiro, na sua aproximação, o que gerou indignação por parte dos colegas. Um tiroteio determinou o controlo da situação e a sorte dos revoltados. Da Costa apanhou uma catanada na planta dos pés que lhe causou ferimento, mais tarde suturado com 33 pontos. “Os outros foram espancados de forma brutal”, conta o garimpeiro. No seu testemunho refere que um outro garimpeiro, cuja identidade desconhece, mas que fazia parte do grupo, foi encontrado morto, pouco depois nas proximidades do local onde decorreu a captura, aparentemente afogado.

Caso nº 17

Vítima: António João Luís, 28 anos, natural do Huambo

Data: 28 de Janeiro de 2006

Local: Margem do Rio Lulo, Muxinda

Descrição dos acontecimentos: Ao cair da tarde, uma patrulha da Alfa-5 detectou uma comunidade de garimpeiros e efectuou disparos em sua direcção para os immobilizar, de acordo com António João Luís. Dos 18 garimpeiros, 13 conseguiram escapar. Dos cinco capturados, mais três evadiram-se na preparação da caminhada para Muxinda.

Os dois prisioneiros pagaram pelos outros. “Um dos Alfa-5 esfaqueou-me nas nádegas e na cabeça. Amarraram-nos e nos levaram ao Bairro Mussanga, a pontapés pelo caminho, onde nos deixaram nus”, depõe António João Luís, que identificou o seu companheiro de infortúnio apenas pelo nome de Tomás.

Caso nº 18

Vítima: Diandré Julião, 23 anos, natural de Caungula, Lunda-Norte

Data: 17 de Janeiro de 2006

Local: Txipaxi, arredores da vila do Cuango

Descrição dos acontecimentos: Depoimentos de Diandré Julião dão conta do envolvimento de 25 garimpeiros por mais de 30 efectivos da Alfa-5, por volta das 9H00 da manhã.

“Apanhámos cinco pás cada um, nas nádegas, e conduziram-nos até às instalações centrais da SDM onde trabalhámos, de bikini apenas, até às 18H00, sem água nem comida”, denuncia o cidadão.

Parte do castigo incluiu o corte de um pé de cada par de calças, ao que não escaparam também os calções. O jovem revela o nome do chefe da missão da Alfa-5 como sendo “o Tomás, do Grupo Kissonde” – “especializado” em apear os garimpeiros em regiões distantes do locais onde são capturados para os forçar a longas marchas.

Caso nº 19

Vítimas: Rodelho André Cambala, 31 anos, natural de Cafunfo; Simão Francisco, 26 anos, natural do Cuango, e outros

Data: 7 de Janeiro de 2006

Local: Margem do Rio Cuango, junto à sede municipal do Cuango

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha da Alfa-5 surpreendeu um grupo de garimpeiros na labuta e, de acordo com os testemunhos de Jesus e Feliz Cambala, os seguranças efectuaram disparos aos alvos.

Da acção, resultou a morte de Rodelho, que os irmãos garantem ter sido atingido na cabeça. Os pescadores recuperaram o seu corpo, passados dois dias, amarrado a uma pedra e atirado ao rio.

Em relação a Simão Francisco, os irmãos Cambala, afirmam ter sido atingido na região abdominal e o seu corpo achado, passados três dias, nas mesmas condições.

Os irmãos, contam ainda a existência de uma terceira vítima mortal, com um tiro no tórax, cuja identidade não conseguiram apurar, que foi enterrado no local, envolto num cobertor.

Em conversa com o pai de Rodelho, André Cambala, este garante continuar à espera das investigações levadas a cabo pela PN. “Até agora não dizem nada e a Alfa-5 não deu qualquer apoio para o óbito”.

Rodeado por membros da sua comunidade, alguns dos quais pescadores, conta a morte de um quarto garimpeiro, cuja identidade desconhece, torturado no local e que sucumbiu no posto médico, no dia seguinte.

7.1.3 Sumário de Violações em 2005

Caso nº 20

Vítima: Mateus Ngola, 25 anos, natural do Cuango

Data: 24 de Dezembro de 2005

Local: Ilha de Txissueia

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha mista da Alfa-5 e soldados das FAA montou emboscada a mais de 70 garimpeiros, perto das 06H00 da manhã. “Eles conseguiram capturar uns 40, mandaram-nos despír as roupas e obrigaram-nos a fazer exercícios militares, assim mesmo nus.

“Depois mandaram-nos fingir que estávamos a andar de mota, a seguir tínhamos de gritar à toa, como se fôssemos malucos. Pronto. Aí começaram a bater-nos com catanas, pás e porretes, nas palmas da mão, nas nádegas e em todo o corpo”, descreve Mateus Ngola que afirma ter sido espancado também nas plantas dos pés com catana.

“Os militares das FAA também torturaram os garimpeiros, incluindo a mim. Eles disseram-nos que era a missão deles. Quem coordenou a operação foi um branco estrangeiro, fardado e armado, que também bateu nos angolanos, mas não a mim”, revela o garimpeiro.

“Meteram-nos, depois, num camião Kraz e libertaram-nos na ponta do bairro, vila do Cuango, sem roupa. Cheguei à casa com o corpo todo inflamado. A minha família chorou muito”.

Nota: Essa entrevista teve lugar, a 9 de Abril de 2006, na vizinhança da administração municipal, minutos depois do autor ter conversado com o administrador, que manifestou total desconhecimento da situação – apesar das suas reuniões semanais com os comandantes da PN e das FAA.

Caso nº 21

Vítima: Adriano Óscar, 24 anos, natural de Caungula, Sérgio Zacarias, 17 anos, Bernardo Tito, 11 anos, ambos naturais do Cuango, João André Candala, 23 anos, Ventura Sanzangue, 25 anos ambos naturais de Camaxilo, Lunda-Norte.

Data: 19 de Dezembro de 2005

Local: Bairro Cambala, Acampamento da Alfa-5, no Tuaza

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha de três elementos da Alfa-5 emboscou mais de 20 garimpeiros na via pública e, sob a mira das suas AK's, conduziu-os ao posto de observação do Tazua, de acordo com testemunhos de Adriano Óscar.

O jovem tenta contar, aos soluços, o que se passou na unidade. Os seus companheiros, também presentes no acto, revelam o nível de sadismo dos seus captores. Sob ameaça de fogo, “quando souberam que o mais velho Felipe Paulo era sogro do Adriano, obrigaram-nos a ter relações sexuais”.

“Eles destruíram uma família. Assim, como posso encarar o meu sogro na minha casa ou na casa dele? Como lidar normalmente com a minha mulher, se dormi com o pai dela?”, questiona-se Adriano Óscar.

“O comandante do posto do Tuaza obrigou também o Sérgio Zacarias (17 anos) a ter relações sexuais com o Benedito Tito (11 anos)”, testemunha João André Candala.

Essa testemunha garante que, um dos seguranças da Alfa-5, no momento em que se divertiam a “acasalar” os garimpeiros perguntou quem pertencia à Igreja Universal do Reino de Deus, sua confissão religiosa. “Eu disse logo que sim. Apesar de ser católico, menti e ele não deixou que eu fizesse sexo”, confessa João André Candala. Todavia, a religião não o poupou de apanhar 15 porretes nas nádegas.

Ventura Sanzangue explicou que o chefe dos Alfa-5, no Tuaza, encarregou-se pessoalmente de torturar os garimpeiros. Estes encontravam-se já despidos e já tinham capinado à volta do posto. Segundo o garimpeiro, o “chefe” aplicou-lhes um mínimo de 12 porretes cada, para os mais calmos, e uma rodada adicional de 20 para cada “refilão”.

Nos dois dias seguintes, Adriano Óscar caiu nas malhas dos Alfa-5, tendo levado mais 20 porretes nas nádegas e, no último dia, por obra da sua teimosia, teve a pena reduzida para 5 porretes.

“Depois o chefe deles [do grupo da Alfa-5] falou connosco para pagarmos US\$100 por dia, por pessoa, para podermos trabalhar em paz”, denuncia o garimpeiro.

Caso nº 22

Vítima: Alexandre Pascoal, 36 anos, natural de Capenda Camulemba

Data: 9 de Dezembro de 2005

Local: Ilha de Txissueia

Descrição dos acontecimentos: De madrugada, por volta das 4H00, uma composição mista tomou de assalto a área de garimpo. Alexandre Pascoal e outros garimpeiros, anotaram a presença de 33 efectivos da Alfa-5, 7 soldados das FAA e 5 elementos da Segurança Industrial da SDM. Durante a operação, os garimpeiros, calculados em 110 pelo interlocutor, passaram pelo ritual de despir a roupa, testemunhar a queima da mesma, deitar de barriga para baixo e receber o castigo. “Cada um de nós levou com 10 porretes de choque eléctrico nas nádegas. Aqueles que refilavam levavam mais”, afirma o garimpeiro.

Segundo Alexandre Pascoal, “os guardas puseram-nos em fila indiana, obrigaram-nos, com as armas apontadas para nós, a fazer sexo, dois a dois. Como muçulmano, essa foi a maior humilhação da minha vida. Eles tiravam fotografias”.

Depois, “puseram-nos nos camiões e deixaram-nos junto ao bairro, nus. Alguns, que tinham cuecas, aproximavam-se das casas para pedir panos ou enviar recados às famílias para nos levarem roupas”.

Em relação ao nível de violência de que são alvos, Alexandre Pascoal apenas afirma que, “se o Governo quiser ver onde estão os mortos causados pela Alfa-5, pode vir ter connosco para indicarmos onde estão as sepulturas.

“O Leão, da Alfa 5, que era o torturador mais famoso, morreu no tempo chuvoso. Matou, na operação, dois mergulhadores a tiro e mais o ajudante deles. Os outros Alfa-5 tinham furado as bóias dos garimpeiros para ninguém sair do rio, mas ele também acabou por morrer afogado”.

Caso nº 23

Vítima: João Lourenço, 27 anos, natural do Cuango

Data: 2 de Dezembro de 2005

Local: Ilha de Txissueia

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha de 20 efectivos da Alfa-5 envolveu 22 garimpeiros, perto das 6H00 da manhã. “Obrigaram-nos a despir as roupas, dar cambalhotas e fazer outros exercícios de recruta militar, nus”, explica o garimpeiro.

O castigo incluiu “cinco pás nas nádegas, para cada garimpeiro. Eu calhei com um bom homem que me deu apenas 10 porretes de choque eléctrico nas mãos”, conta João Lourenço.

A afirmação do “bom homem”, levantou uma salva de protestos por parte dos outros garimpeiros, que acompanhavam os depoimentos. Ante a dificuldade em compreender porque razão seria um acto de menor punição apanhar com 10 porretes nas mãos, ao invés de cinco pás nas nádegas, outros colegas do deponente revelaram que este estava a omitir um facto. Os outros garimpeiros foram obrigados a beijar-se entre si e a trocar carícias, como nas “novelas brasileiras e nos filmes”, para gozo dos seus captores.

Os seguranças permitiram, aos prisioneiros, vestir as suas roupas. Mas, um detalhe, tiveram o trabalho de cortar um pé de cada calça devolvida para ridicularizar, humilhar os seus utentes na via pública.

Caso nº 24

Vítima: Gabriel José Virgílio, 27 anos, natural do Cuango

Data: 17 de Novembro de 2005

Local: Catuto, arredores do Cuango

Descrição dos acontecimentos: Em busca de mão de obra para a escavação de uma fossa sanitária, reparações nas suas tendas, bem como na limpeza do capim à volta do seu posto de observação, oito efectivos da Alfa-5 aprisionaram um grupo de 11 garimpeiros, logo pela manhã, de acordo com Gabriel Virgílio.

“Primeiro, despiram-nos, no local onde nos apanharam. Ficámos todos nus. Esquentaram-me com cinco pás nas nádegas e três cacetes de choque eléctrico em cada mão”, explica o interlocutor.

Após a sessão de espancamentos, os garimpeiros passaram o dia todo a capinar, a cavar e a remendar no posto do Tuaza.

Segundo Gabriel Virgílio, “às 18H00, levaram-nos de carro para uma mata, onde nos abandonaram. Tivemos de caminhar mais de cinco horas para chegar até ao Cuango”.

Caso nº 25

Vítima: Claude Kiwa, 32 anos, natural do Uíge

Data: 16 de Novembro de 2005

Local: Txipaxi, arredores da vila do Cuango

Descrição dos acontecimentos: Abordado na via pública, a caminhar com uma catana e uma pá, Claude Kiwa explica ter sido alvo de interrogatório *in-situ*, por parte de seis homens da Alfa-5, sobre a posse de tais instrumentos.

“Eu disse que não estava a garimpar porque estava a circular na via pública. Por dar essa explicação, pegaram na catana e na pá que eu levava e começaram a bater-me até eu desmaiar”, conta o cidadão.

Um grupo de aldeães recuperou Claude Kiwa inconsciente, à berma da estrada, e lhe prestou os primeiros socorros.

Caso nº 26

Vítima: Sérgio Caiiaia, 30 anos, natural de Caungula

Data: 15 de Outubro de 2005

Local: Lucola

Descrição dos acontecimentos: Uma composição calculada em 15 efectivos da Alfa-5 aprisionou perto de 40 garimpeiros, nas margens do Rio Lucola, por volta das 9H00. Como sentença colectiva, de acordo com Sérgio Caiiaia, obrigaram todos os garimpeiros a exhibir a sua nudez, a deitar de barriga para baixo e a aplicação, por 20 vezes, da pá nas nádegas de cada um.

“Pegaram nas calças e cortaram um pé de cada, rasgaram as camisas e camisolas, devolveram-nos os farrapos e mandaram-nos embora”, conta Sérgio Caiiaia.

A 19 de Dezembro do mesmo ano, mais uma vez, Sérgio passou pela mesma rotina, detido no mesmo sítio, em companhia de mais sete garimpeiros. Regressaram às casas com as calças “amputadas”, como sinal de castigo.

Caso nº 27

Vítima: André José, 23 anos, natural do Cuango

Data: Setembro de 2005

Local: Muxinda, município de Xá-Muteba

Descrição dos acontecimentos: Uma composição mista de efectivos da Alfa-5 e soldados das FAA, em número não determinado, aprisionou cerca de 50 garimpeiros nas margens do Rio Lué, depois do meio dia.

“Obrigaram-nos a despir as roupas, primeiro, a seguir tivemos de cozinhar para eles, com a nossa comida. A seguir ao almoço, queimaram as nossas roupas e a comida que sobrou”.

Mais adiante, os captores decidiram entreter-se, segundo André José, com cenas de sadismo. “obrigaram-nos a trocar beijos, linguados, a acarinhar e a rebolar homem com homem. Os mais fracos faziam sexo uns com os outros”.

As cenas de sadismo foram entremeadas pancadaria. O interlocutor conta como “aleijaram-me com uma coronhada na cabeça, o outro foi esfaqueado com uma baioneta no abdómen e deixaram-no na picada a sangrar muito. Libertaram dois garimpeiros para o levarem à aldeia. Um Alfa-5 espetou uma baioneta no braço esquerdo de mais um garimpeiro”.

Quanto aos restantes detidos, “levaram porrada com catanas, paus, mocas. Trouxeram-nos em viaturas até ao Bairro Camariango (sede do Cuango)”.

Caso nº 28

Vítimas: Isabel Agostinho Muamuieji, 42 anos e Agostinho, 2 anos

Data: 7 de Setembro de 2005

Local: Bairro do Bala-Bala, Sede do Cuango

Descrição dos acontecimentos: A população do Bala-Bala, apercebendo-se da existência de diamantes mesmo junto às suas residências, no rejeitado utilizado para terraplanar a estrada, resolveu garimpar. Por volta das 9H00 uma composição mista da Alfa-5 e PN atacou a área com forte tiroteio, tendo causado grande alvoroço no sector de Luzamba.

Os atacantes atingiram o pequeno Agostinho no membro inferior esquerdo. O petiz encontrava-se com a mãe, Isabel Muamuieji, 42 anos, no mercado local e nada tinha a ver com o garimpo. Perante o sucedido, a população decidiu contra-atacar com o que tinha às mãos (e.g. paus e pedras).

Caso nº 29

Vítima: João Baptista, 30 anos

Data: 23 de Junho de 2005

Local: Cajivunda, município de Xá-Muteba, Lunda-Norte

Descrição dos acontecimentos: O cidadão encontrava-se a garimpar numa área anteriormente ocupada pela Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) que, entretanto, a abandonara. Efectivos da Alfa-5 atacaram o local e, segundo depoimentos de João Baptista, amarraram-lhe as mãos e os pés, atiraram-no ao capim ao qual atearam fogo e assim o abandonaram. Como consequência tem a rosto, as mãos e os pés severamente queimados, bem como outras partes do seu corpo. Não recebeu qualquer assistência da companhia.

Caso nº 30

Vítima: André Muxito, 31 anos, natural do Cuango

Data dos factos: 14 de Junho de 2005

Local: Ponte do Rio Cuango, entre a aldeia Manuel Angola e a sede municipal do Cuango, Lunda-Norte

Descrição dos acontecimentos: Por volta das 10H00, guardas da empresa privada de segurança Alfa 5, surpreenderam um grupo de garimpeiros a lavar a cascalho na margem do Rio Cuango. Obrigaram-nos a deitar o cascalho para o rio. Segundo testemunhos locais, os guardas pontapearam e atiraram à água o cidadão André Muxito, por não se ter despachado com a ordem. Não sabia nadar e, devido à forte corrente do rio, morreu afogado.

Rafael Samutale ao ver o amigo a afogar-se, escapou ao controlo dos guardas e correu para a aldeia e contou o sucedido. Enfurecidos, os aldeães marcharam contra o posto de controlo mais próximo da Alfa 5. Diante do afluxo de pessoas, segundo os aldeães, os guardas dispararam contra os populares tendo ferido, com gravidade, Enoque Albino Congo Cambolo, 26, nos membros inferiores. Transportado para a clínica da SDM, em Luzamba, o pessoal médico da empresa responsável pelos guardas recusou-se a prestar sequer os primeiros socorros ao ferido. A população deixou-o na referida clínica.

Em retaliação, os populares decidiram atacar, à pedrada, todas as viaturas ligadas à SDM que circulasse pela via Mucussuca-Manuel Angola. Após cinco dias sem lhe prestar a devida atenção médica, segundo testemunhas locais, a SDM decidiu enviar o ferido para Luanda a fim de receber tratamento médico adequado.

Os populares reportam ainda que, um segundo ferido, Albano Carlitos, acabou por falecer num posto médico particular. Segundo testemunhas locais, os guardas atingiram Albano Carlitos na região abdominal e perna direita. Ante a recusa da SDM em prestar assistência, os populares afirmam que o levaram a um posto médico local, devido a gravidade dos ferimentos, e lá morreu.

7.1.4 Resposta da Direcção-Geral da Alfa-5

O Director-Geral da Alfa-5, Francisco Guerra, em resposta à descrição sumariada dos casos acima expostos, a 19 de Abril de 2006, enfatiza, antes de mais, que a conduta da sua empresa se rege pelas leis do país.

“A nossa missão é prevenir e combater as práticas de garimpo e nunca dar respaldo a comportamentos alvitantes que ofendam a dignidade humana.

”A nossa gestão é descentralizada. Não posso dizer se esses casos tiveram lugar ou não, porquanto não recebi qualquer informação a respeito”, reage o oficial general em comissão especial de serviço na Endiama.

Francisco Guerra evoca as condições sócio-económicas na região, tais como o desemprego quase absoluto, como um dos ângulos pela qual deve ser vista a questão dos direitos humanos. O desemprego fomenta o garimpo que, por sua vez, alimenta o tráfico ilícito de diamantes e, por consequência, o uso de mecanismos coercivos para o seu combate.

Um outro elemento paralelo aos abusos, por parte dos efectivos da Alfa-5 na região do Cuango, tem a ver com o uso dos nomes dos generais que fazem parte da sociedade, como livre trânsito para a impunidade. A esse propósito, o responsável da Alfa-5 considera tal uso como “indevido e abusivo”.

Francisco Guerra argumenta que a empresa tem “sugerido procedimentos para facilitar a circulação de pessoas que vivem na área. Temos proposto o censo populacional, meios de controlo da população por forma a evitar que sejam molestadas”.

“As nossas operações são descentralizadas. Não são ordens de Luanda. Se os indivíduos adoptam esse comportamento é por consciência individual. É o que se passa um pouco nessas áreas”, explica o gestor.

Para si, “pela nossa experiência, temos conseguido que os projectos tenham relações excelentes com as autoridades tradicionais e a população em geral”

Contrariamente à imagem de brutalidade da Alfa-5 junto das populações locais, Francisco Guerra é categórico: “não acredito que esse comportamento seja generalizado entre os nossos homens, mas não descuro alguns casos individuais que possam manchar o bom nome da empresa. E, temos alguns exemplos tristes”.

O oficial general afirma que a Alfa-5 envia, todos os meses, um relatório de actividades à PN, “quanto mais não seja ao sector provincial que controla as empresas de segurança”.

Mais adianta sobre a rigorosidade no enquadramento do pessoal de segurança que passa por testes psicotécnicos. “Temos um centro de formação no Kikolo. O nosso programa de treinamento e as matérias que ministramos foram aprovados pela PN.

“Por mais pobres que sejamos, temos todos direito à dignidade humana” remata o gestor, justificando, mais uma vez, a ausência de qualquer ordem, a partir de Luanda, para o tratamento cruel e desumano dos garimpeiros.

7.2 K&P Mineira

7.2.1 Breve Anotação sobre a K&P Mineira

*“A terra é nossa e eles é quem sabem
se nos matam ou nos transferem para outro
lugar onde não existam diamantes”
António Eliseu, 14 anos, garimpeiro*

A empresa K&P Mineira presta, na região do Cuango, os serviços mais antagónicos. Por um lado dedica-se, de forma brutal, ao combate contra o garimpo, conforme relatos abaixo mencionados.

Por outro, detém o monopólio de protecção dos postos de compra de diamantes da Sodiam/LKI e Ascorp (cfr. tabelas 1 e 2 secções 5.2 e 5.3) e acompanha os compradores nas transacções que estes realizam directamente nas áreas de garimpo. A 3 de Março, pelas 13H40 o autor acompanhou, em Muanhangando, a uma distância conveniente, uma equipa da K&P Mineira que escoltava um comprador estrangeiro, afecto à Sodiam/LKI. Dirigiam-se à área de garimpo para transaccionar directamente com os garimpeiros.

A esse propósito, João José Massaco, 36, por duas vezes torturado por seguranças da K&P Mineira, no Rio Lumonhe (Luremo), coloca no ar uma questão pertinente: “Vocês pensam que os contuários dos estrangeiros estão a comprar milho? Se são diamantes, então, quem está a cavá-los?”. A resposta é óbvia, os garimpeiros.

O nível de violência perpetrado pelas empresas de segurança privada é proporcionado, logo à partida, pelo excessivo material bélico que carregam consigo. Os seguranças da K&P Mineira vistos em acção, como rotina, levam cartucheiras ao peito com vários carregadores de balas.

A 30 de Março de 2006, um grupo atravessou o bairro da Kinzamba, nas proximidades da Vila do Luremo, pelas 17H00, tendo a população local referido ser diária a sua presença no bairro bem como o temor que inspiram.

Minutos depois foi possível abordar as sentinelas de serviço no portão principal da Sociedade Mineira Luminas. No improvisado posto de observação, junto à cancela de acesso, se encontravam detidos oito garimpeiros amarrados uns aos outros, denotando sinais de já terem sido espancados conforme prática local.

À pergunta sobre as razões que motivavam os guardas a maltratar os seus compatriotas de forma tão brutal, o sentinela esboçou um sorriso e disse, sem se preocupar com o sentido da sua afirmação, que “o nível de stress do angolano é muito elevado, daí a frustração. Na verdade somos todos angolanos e devíamos tratar-nos uns aos outros de forma diferente”.

O seu colega, num acto de contrição, pegou num pacote de bolachas e atirou aos prisioneiros. Vários funcionários do projecto, incluindo um sénior, passaram pelo local sem que se tivessem importado com o facto da empresa estar a ser utilizada como centro de detenção ilegal de garimpeiros.

Sobre a ilegalidade da detenção dos garimpeiros, nas instalações da Luminas e naquelas condições, o guarda apontou o indicador para o seu peito, na sigla da empresa inscrita no uniforme. “Sabe o que significa K&P?” – Perguntou. Ao receber uma negativa explicou-se “[omissão²¹]. Isso é dos bosses, eles é que mandam. Vai ter com eles”.

No dia seguinte, uma patrulha da K&P Mineira passou, a pé, diante do autor, que anotava casos na aldeia de Donga, à berma da estrada, por volta das 18H00, com 10 garimpeiros amarrados uns aos outros e em fila indiana, alguns dos quais a sangrar. Dirigiam-se às instalações da Luminas.

É nessas instalações onde o cidadão russo Yuri Kovtun, conhecido como o “*boxeur do Luremo*”, pela sua brutalidade, espancou o cidadão angolano Simão Armindo Verónica, a 2 de Outubro de 2005, até deixá-lo em estado grave. Tendo o caso chegado de imediato ao conhecimento das autoridades policiais, estas detiveram o russo, sob o processo 263/05, e tiveram de o libertar no dia seguinte por “ordens superiores”. O caso parou aí.

7.2.2 Sumário de Violações em 2006

Caso nº 1

Vítima: Morais Ambrósio, 27 anos, natural de Luremo

Data: 26 de Maio de 2006

Local: Margem do Rio Cuango, na área de Ngungo, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Efectivos da K&P Mineira, em número não determinado, tomaram de assalto a área de garimpo de Ngungo e, com armas em posição de fogo, impediram a fuga de Morais Ambrósio. Primeiro, trataram-no a pontapés e coronhadas no peito e, já no chão a contorcer-se, segundo o seu depoimento, os guardas aplicaram-lhe mais de 20 pauladas nas costas. Libertaram-no a seguir.

Caso nº 2

Vítima: Félix Damião, 28 anos, natural de Benguela

Data: 17 de Maio de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Um pequeno-almoço bastante indigesto para Félix Damião e Cia. Sete seguranças da K&P Mineira surpreenderam os garimpeiros a *matabichar*⁽³⁾, de manhã cedo, e com as armas apontadas obrigaram-nos a deitar a comida para o chão e a despir as roupas. Félix Damião conta ter sido espancado com 20 mocas nas costas. Passou mais de quatro horas de cativeiro às mãos dos seguranças

Caso nº 3

Vítima: Deloy Mpemba, 20 anos, natural de Luremo

Data: 17 de Maio de 2006

Local: Bula, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Ao fim do dia, um grupo de garimpeiros terminou a labuta nas margens do Rio Lué e dirigiu-se ao Bairro do Kelengue. Pelo caminho, encontraram uma patrulha da K&P Mineira que os tratou com uma sessão de espancamentos, nas nádegas, com o cabo da pá.

Deloy Mpemba não se lembra quantos garimpeiros eram ao todo nem os homens da segurança. “Bateram-me tanto ao ponto de me inflamar as nádegas e perder os sentidos. Quando despertei já estava escuro e não conseguia andar. Tive de dormir ali mesmo, até ao dia seguinte. E praticamente fui a rastejar até ao bairro”, testemunha o cidadão.

Até à presente data, Deloy Mpemba apresenta sérias feridas nas nádegas e caminha com o apoio de paus, a fazer de muletas.

Caso nº 4

Vítima: Timóteo Bândua, 30 anos, natural de Mbanza-Congo, Zaire

Data: 7 de Maio de 2006

Local: Luremo

Descrição dos acontecimentos: A caminho do aldeamento de Mona Mahango, proveniente do Bairro Kelengue, ao cair da tarde, o cidadão cruzou com uma patrulha de três elementos da K&P Mineira.

“Mandaram-me parar e obrigaram-me a ler o que estava escrito na placa, à beira da estrada [Área de concessão Luminas]. Depois disseram – ‘você não sabe que esta é uma área de concessão e é proibido passar a esta hora?’” Descreve Timóteo Bândua.

“Eu respondi o seguinte: Estou na estrada, numa via pública. Não tenho nenhum material de garimpo para vocês desconfiarem de mim. Aí eles começaram a bater-me com coronhadas de AK-M nas costas”.

“Quando tentei reagir, apontaram-me as armas e já não fiz nada, visto que eram três elementos todos armados. Mandaram-me deitar no chão tiraram o cinto que eu tinha nas calças e com o mesmo me surraram, nas costas, durante uns 10 minutos”, explica a vítima que a seguir recebeu ordens para continuar a sua jornada.

Caso nº 5

Vítima: Abel Mateus, 40 anos, natural de Luremo

Data: 20 de Abril de 2006

Local: Kelengue, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Um grupo de sete elementos da K&P Mineira abordou três garimpeiros que caminhavam pela estrada em direcção ao bairro. Provinham do garimpo nas margens do Rio Lué.

“Obrigaram-nos a mudar a roupa toda. Tentámos reagir contra a ordem e dispararam contra nós. Graças ao Senhor, os tiros não atingiram ninguém. Obedecemos e mandaram-nos deitar no chão. Logo começou a dança da *kabetula*, como eles denominam a tal surra. Cada um de nós apanhou com 10 pás nas costas e outras 10 moccas nas mãos”, detalha Abel Mateus.

A seguir, os garimpeiros foram encaminhados até ao Rio Lumonhe, onde os libertaram, perto das 18H00, após duas horas e meia de cativeiro, de tronco nu e descalços. “Eles apoderaram-se dos nossos meios. Deixaram-nos com as calças porque estavam rotas, de ajoelhar no trabalho”, explica o garimpeiro.

Caso nº 6

Vítimas: Seba João Fernando, 40 anos, Tomás Adão, 18 anos, ambos naturais do Uíge

Data: 20 de Abril de 2006

Local: Bula, Luremo

Descrição dos acontecimentos: O cidadão em causa, encontrava-se a lavar o cascalho, na área de garimpo do Bula, quando os seguranças afectos à K&P Mineira o surpreenderam, com as armas apontadas para os garimpeiros.

“Bom, começaram a bater-nos com os cabos das pás, que usamos no garimpo”. Seba Fernando conta ter apanhado 15 cabos da pá nas nádegas e mais cinco em cada mão. Fingiu ter desmaiado. Os seguranças, segundo o seu depoimento, procuraram reanimá-lo despejando-lhe baldes de água, o que lhe conferiu energias para a fuga.

Conta ainda ter passado pelo ritual de despir a roupa e ter fugido apenas de bikini, pois, antes da surra, os guardas haviam queimado todas as roupas recolhidas. Não soube precisar quantos garimpeiros sofreram às mãos dos guardas.

Encontrando-se no mesmo local e tendo-se apercebido da captura do seu conterrâneo, Tomás Adão esboçou a fuga sem sucesso. Deu-se conta de estar sob a mira de uma arma. Teve de obedecer ao ritual de mudar a roupa, deitar-se no chão e apanhar 30 chicotadas. Passadas duas semanas, ainda se queixava de inflamações e dores nas costas.

Caso nº 7

Vítimas: António Eliseu, 14 anos, e Bartolomeu Mussuel, 19 anos, ambos naturais do Luremo

Data: 20 de Abril de 2006

Local: Bula, Luremo

Descrição dos acontecimentos: No raide das 10H00, o pequeno António Eliseu e o seu amigo Bartolomeu Mussuel também caíram nas malhas da K&P Mineira, na margem do Rio Cuango.

“Mandaram-nos sair da água, e levei logo uma chapada. O guarda perguntou-me como era possível uma criança estar já a praticar o garimpo? Eu respondi que não tenho como sustentar os meus estudos, porque o meu pai não trabalha e não há empregos no Luremo”, explica António Eliseu.

Os guardas da K&P Mineira interpretaram a explicação, segundo António Eliseu, como uma afronta à sua autoridade e um deles bateu-lhe com a padiola na cabeça. A seguir apanhou com 15 mocos nas mãos e na região lombar. Findo o castigo, os seguranças instruíram a criança, de acordo com o seu depoimento, a servir de porta-voz junto de outras crianças para as desincentivar do garimpo.

“Eu disse-lhes que a terra é nossa e eles é quem sabem se nos matam ou nos transferem para outro lugar onde não há diamantes”, explica o “porta-voz”.

Quanto a Bartolomeu Mussuel, ao insurgir-se contra o espancamento do menor, sentiu o peso da arma na cabeça. Uma coronhada atirou-o para a água e a sangrar. “Um dos seguranças, ao tentar segurar-me para não ser levado com a corrente, deixou cair o chapéu. Isso causou-lhe fúria, por ver o chapéu a ir com a corrente. Tiraram-me da água e pontapearam-me a valer”, refere o cidadão.

Antes da soltura, Eliseu e Bartolomeu Mussuel estiveram retidos, por cerca de duas horas, nas instalações da Luminas.

Caso nº 8

Vítima: Francisco Pinto, 17 anos, natural do Luremo

Data: 20 de Abril de 2006

Local: Margem do Rio Lumonhe, Kelengue

Descrição dos acontecimentos: O jovem encontrava-se a pescar, logo pela manhã, quando os guardas da K&P Mineira interromperam a sua actividade.

“Eles disseram-me para deixar de pescar no rio, porque os peixes também estão incluídos na área de concessão diamantífera”, revela Francisco Pinto.

Ao tentar argumentar em sua defesa, o pescador conta que um dos guardas lhe atingiu violentamente com um pau na cara. “Desmaiei e abandonaram-me”, informa o jovem.

Caso nº 9

Vítimas: Kassongo Fisto, 24 anos, natural de Kahemba, RDC, Morais Guilherme, 31 anos, natural de Camaxilo, Lunda-Norte

Data: 19 de Abril de 2006

Local: Kelengue, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Garimpeiros madrugadores, Kassongo Fisto e um grupo de colegas caíram na emboscada montada pelos seguranças da K&P Mineira na via de acesso ao Rio Lué, por volta das 4H00 da manhã.

Mais lestos, outros garimpeiros escaparam-se a coberto da escuridão. Kassongo Fisto indica que os guardas o apanharam e a Morais Guilherme. “Mudaram-nos as roupas, mandaram-nos deitar de costas, assim mesmo nus, e cada um de nós apanhou com 30 cabos da pá nas nádegas. Quando tentei reagir, deram-me com uma coronhada da boca, comecei a sangrar e perdi os sentidos”, conta o cidadão congolês.

Por sua vez, Morais Guilherme afirma que os guardas exigiram dele silêncio e obediência ao notarem a imobilidade de Kassongo Fisto, para evitar o mesmo “destino”.

“Eu respondi. Já mataram o meu amigo, podem matar-me também. O guarda disse ‘vós sois um cão morto!’”. Ao tentarem ver se o meu amigo estava mesmo morto, eu aproveitei a distração e fugi.

Caso nº 10

Vítima: Ndombe Massala, 30 anos, Ndombe, 29 anos, e Txikanda Mossogi, todos da RDC

Data: 13 de Abril de 2006

Local: Kelengue, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Os efectivos da K&P Mineira surpreenderam os indivíduos em referência a lavar cascalho e, de acordo com explicações dos próprios, amarraram-nos, um ao outro, pela cintura. Encaminhados até à caserna dos captores, passaram à condição de “escravos” com a tarefa de acarretar água, varrer e lenhar.

“Depois, bateram-me com o cabo da pá nas nádegas”, lamenta Txikanda Mossogi, sem precisar o número de vezes que apanhou.

No caso de Nday Ndombe, este conta como “mandaram-me deitar no chão, de barriga para baixo, e bateram-me com o cabo da pá na coluna”.

Ndombe Massala, para variar, apanhou na cabeça. E, “soltaram-nos”, conta.

Caso nº 11

Vítima: Adão Milton, 27 anos, natural do Luremo

Data: 12 de Abril de 2006

Local: Mona Mahangu

Descrição dos acontecimentos: Interceptado na via pública, a meio da tarde, Adão Milton, conta como dois seguranças da K&P Mineira lhe revistaram os bolsos e o ânus à procura de diamantes.

“Quando tentei falar, começaram a bater-me na cara. O meu colega fugiu. Um dos seguranças disse ao outro para me dar um tiro. O outro respondeu que não, porque o meu colega, que fugiu, poderia descobrir tudo. Aí, deram-me com uma moca na coluna e soltaram-me”, descreve Adão Milton.

Caso nº 12

Vítimas: Magalhães Carlos, 30 anos, natural do Luremo, e Jean Claude, 32 anos, da República Democrática do Congo

Data: 30 de Março de 2006

Local: Riacho do Cangau, Txatxo

Descrição dos acontecimentos: “Aqui, nas Lundas, não temos fábricas, empregos, nada! Só diamantes”, depõe o angolano.

Cercados, ao meio-dia, por três elementos da segurança da K&P Mineira, os garimpeiros tiveram de experimentar uma nova sensação. Cantar nus. “Mandaram-nos cantar e dançar *ndombolo*^[4], sem roupa nenhuma. Depois de cantarmos, mandaram-nos deitar e apanhámos cada 50/60 chibatadas nas costas, nas nádegas e nas pernas”, explica Magalhães Carlos, apoiado pelo congolês que mostra os sinais da tortura.

Como pena suplementar, tiveram de capinar nas instalações do projecto, debaixo de chuva, o que lhes permitiu fugir, sem aguardar pela ordem de soltura.

Caso nº 13

Vítima: Silva Matumona, 29 anos, natural de Kahemba, RDC

Data: 30 de Março de 2006

Local: Kelengue

Descrição dos acontecimentos: Cinco efectivos da K&P Mineira montaram tocaia na picada em direcção ao Rio Cuango e, por volta das 14H00, detiveram um grupo de garimpeiros a quem despacharam bofetões na cara.

“Eles disseram-nos que tínhamos muita sorte, porque eles tinham sonhado muito bem nesse dia. Libertaram-nos com a ordem apenas de corrermos até ao bairro”, conta Silva Matumona, um dos garimpeiros “abençoados” pelo sonho dos guardas.

Caso nº 14

Vítima: Ngunza Moisés, 47 anos, natural de Caungula, Lunda-Norte

Data: 29 de Março de 2006

Local: Margens do Rio Cuango, área do Bula, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Necessitando de força de trabalho, três efectivos da K&P Mineira realizaram um rusga na zona em referência, munidos de cães, e detiveram Ngunza Moisés, na companhia de dois cidadãos do Congo Democrático, Mbila Mahingi e Mutombo.

“Amarraram-nos os três, em fila indiana, e levaram-nos para o posto deles onde acarretámos água, lavámos as fardas deles, capinámos e limpámos a tenda deles. Soltaram-nos ao fim do dia”, afirma o garimpeiro.

Caso nº 15

Vítima: Ndeye Kassongo, 33 anos, da RDC

Data: 26 de Março 2006

Local: Ngoya, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Por volta das 19H00, de acordo com o testemunho de Ndeye Kassongo, efectivos da segurança da K&P montaram emboscada numa das vias, em forma de posto de controlo, e assim detiveram um número não determinado de garimpeiros e passantes.

“Obrigaram-nos a despir a roupa e amarraram-nos pela cintura [uns aos outros] e em fila indiana. Levaram-nos até ao posto deles no Bula. Despejaram-nos água no corpo, para doer mais, e assim começaram a espancar-nos com coronhadas e cabos da pá”, afirma o congolês.

Os garimpeiros passaram uma noite de cativo, no posto do Bula. No dia seguinte, “mandaram-nos acarretar água e varrer os arredores do posto. Fizemos o matabicho para eles. Deram-nos funge, comemos e fomos libertados”, refere Ndeye Kassongo.

Caso nº 16

Vítima: Francisco Melo Kingango António, 22 anos, natural de Malanje

Data: 23 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Um efectivo da K&P Mineira encontrou Francisco António no buraco, na labuta pelos diamantes e assestou-lhe, de imediato, com uma moca na cabeça.

“Comecei a sangrar muito e o outro guarda pediu para que não me batessem mais. Deram muita porrada nos outros (quatro) e levaram-nos até à esquadra da polícia, no Luremo, onde tivemos de capinar antes de nos mandarem para casa”, afirma o cidadão, ainda com suturas na cabeça.

Caso nº 17

Vítimas: Samba Martinho, 22 anos, e Luzia José, 30 anos, ambas naturais do Luremo

Data: 20 de Março de 2006

Local: Margens do Rio Cuango, área do Txatxo, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Segundo depoimentos de uma testemunha ocular, que preferiu o anonimato, por volta das 11H30, seis elementos da K&P Mineira dispersaram os garimpeiros que se encontravam na área, com forte tiroteio, e privaram as duas senhoras, que se dedicavam a tarefas domésticas. Violaram-nas.

“As vítimas, acompanhadas pelos sobas, apresentaram queixas ao administrador João Bernardo, do Luremo, que fez ouvidos de mouco”, conta a testemunha.

Caso nº 18

Vítimas: José Bartolomeu, 48 anos, natural do Luremo,

Data: 20 de Março de 2006

Local: Riacho Kinzamba, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha da K&P Mineira, em número não determinado, envolveu um grupo de garimpeiros por volta das 11H00 e, de forma ritual, obrigou-os a despirem-se. De acordo com José Bartolomeu, por insubordinação, “o Jaime apanhou mais de 30 catanadas nas nádegas diante da esposa, a D. Tété. O João Martins, o Anselmo Mutombo, o Lóló, o Isaac (do Uíge), o Paulino, o Simão Mussanda e eu também apanhámos com catanadas”.

Prosseguindo, os elementos da K&P Mineira procuraram estabelecer um acordo com os garimpeiros, de acordo com José Bartolomeu, para que estes lavassem o cascalho e repartissem a produção com os seus torturadores.

Segundo narração do interlocutor, “Nós recusámos. Levaram-nos para dentro das instalações da Luminas, junto das tendas deles, onde obrigaram-nos a rebolar na lama enquanto nos batiam com chicotes. Eles eram mais de 10, incluindo o chefe deles, o Adão, e todos batiam. Passámos lá a tarde toda, na esfrega, a gatinhar na lama e tudo o mais”.

“Por isso, para nós, Angola é um país estrangeiro. Nós, angolanos, somos tratados piores do que animais”, indigna-se José Bartolomeu.

Caso nº 19

Vítima: Wilson Ngamba, 27 anos, natural de Kikuit, RDC

Data: 14 de Março de 2006

Local: Kelengue

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha da K&P Mineira envolveu um grupo de garimpeiros que, às primeiras horas da manhã, lavava o cascalho. “Eles apontaram-nos

as armas. Tentámos fugir e eles disseram que soltariam os cães. Aí, nós parámos. Perguntaram-nos se já tínhamos conseguido algumas pedras. Com medo, dissemos que sim e pediram para ver os diamantes”, conta Wilson Ngamba.

“Nós mostrámos duas pedras. Eles disseram que nós tínhamos mais pedras escondidas e respondemos que não. Obrigaram-nos, então, a lavar todo o cascalho. Conseguimos mais quatro pedras”, prossegue o garimpeiro.

“Aí eles começaram a dançar. Não nos bateram, apenas se apoderaram de todas as pedras, destruíram os nossos equipamentos e mandaram-nos regressar ao bairro”, narra Wilson Ngamba.

Caso nº 20

Vítima: António Francisco da Silva, 22 anos, natural de Malanje

Data: 10 de Março de 2006

Local: Muhetu, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Dos sete garimpeiros detectados pela patrulha da K&P Mineira, às primeiras horas da manhã, apenas António Francisco da Silva caiu nas malhas dos perseguidores. Os outros escaparam.

“Castigaram-me com 45 pás nas nádegas, nas costas e nas mãos. Fiquei uma semana de cama, todo inflamado”, conta o cidadão.

Caso nº 21

Vítima: Nestor Mbavo, 29 anos, da RDC

Data: 10 de Março de 2006

Local: Kelengue

Descrição dos acontecimentos: “Bateram-me com o cabo da pá na cabeça. Quando viram que eu estava a sangrar, obrigaram-me a mudar a roupa e mandaram-me para casa apenas de bikini”, explica o garimpeiro, sobre o que lhe aconteceu, quando os seguranças da K&P Mineira o abordaram ao fim do dia. Os seus dois colegas escaparam ao primeiro sinal de “estranha presença”.

“À entrada do bairro, pedi a uma amiga para me arranjar uns calções para eu vestir e poder passar pelas pessoas”, conta Nestor Mbavo.

Caso nº 22

Vítima: Abreu José Domingos, 38 anos, natural de Xá-Muteba

Data: 2 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: O cidadão em referência manifesta-se conhecedor dos seus direitos e de leis vigentes no país. Procurou evocá-los num controlo improvisado pela K&P Mineira, na via do Bula, para revistar as viaturas em trânsito, numa das quais viajava com a sua mercadoria.

Os seguranças alegavam, segundo Abreu Domingos, prevenir a circulação de material de garimpo, mas estenderam a sua acção a mercadorias como alimentos, roupas, etc.

“Eu não admiti tal atitude. Eu disse que, como angolano, não tenho que ser castigado dessa maneira. Expliquei que os seguranças só têm a missão de controlar as minas e não a via pública”, explica o cidadão.

“Logo, espetaram-me uma faca no lado direito do peito. Queimaram a minha mercadoria toda e perdi US\$200”, denuncia Abreu Domingos.

Por altura da recolha da informação, a 13 de Abril , o cidadão ainda continuava a receber assistência médica e em condições precárias.

Caso nº 23

Vítimas: António João, 45 anos, João José Massaco, 36 anos, e José Calelau, 28 anos, todos naturais do Luremo

Data: 20 de Fevereiro de 2006

Local: Luremo

Descrição dos acontecimentos: “Eles disseram-nos que estão aqui para nos cortar as caudas”, conta António João sobre a apresentação feita por 4 elementos da segurança da K&P Mineira, após estes terem efectuado cinco disparos para impedir a fuga de sete garimpeiros.

O entrevistado afirma ter apanhado 30 catanadas nas nádegas. Por sua vez, João Massaco refere ter sido espancado nas plantas dos pés. José Calelau teve a pá colocada entre as pernas e, assim, um dos elementos da K&P Mineira puxou-a, com toda a força, para separar o cabo da pá, batendo nos ossos das pernas da vítima.

No cumprimento do sistema vigente de tortura e trabalhos forçados, os garimpeiros tiveram de capinar ao redor do posto de observação da K&P Mineira.

“Voltamos ao tempo da escravatura. Aqui [no Cuango] estamos na escravatura e alguns populares querem refugiar-se no Congo Democrático”, dramatiza João Massaco.

Caso nº 24

Vítimas: José Bartolomeu, 48 anos, Sebas, 42 anos, Avelino António, 36 anos, André Bragas, 32 anos, todos naturais do Luremo

Data: 18 de Fevereiro de 2006

Local: Riacho Kinzamba, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Elementos da K&P Mineira cercaram o local onde se encontravam os garimpeiros.

“Eles obrigaram-nos a deitar de barriga para baixo. Um deles sentava na cabeça e o outro nas nádegas do garimpeiro, enquanto o terceiro açoitava nas costas com catana”, descreve José Bartolomeu. Este enfatiza que, nessas condições, não era possível contar o número de catanadas reservado a cada vítima. “Aí era só gritar, eles batem muito mal”, afirma.

Encaminhados para as instalações da Luminas, os garimpeiros tiveram de revelar os seus dados pessoais. De seguida, conduziram-nos até à esquadra policial do Luremo onde encontraram a liberdade, após terem pago o 2.000 kwanzas cada, o equivalente a US\$25.

Caso nº 25

Vítima: José Pedro, 54 anos, natural do Luremo

Data: 7 de Fevereiro de 2006

Local: Margens do Rio Lumonhe, junto à aldeia do Donga

Descrição dos acontecimentos: Quatro efectivos da K&P Mineira abordaram, por volta das 6H00 da manhã um grupo de sete garimpeiros. Três garimpeiros meteram-se logo em fuga. “Como eu era o mais velho do grupo, os K&P Mineira disseram-me que eu tinha de sofrer mais. Aplicaram-me várias catanadas nas nádegas, um deles pôs a pá entre as minhas pernas e puxou com toda a força para separar o cabo da pá. O ferro bateu nos ossos das pernas e aleijou”, descreve José Pedro.

Terminada a sessão de espancamentos, “eles exigiram um pagamento de US\$200 por pessoa, para a nossa libertação. Insistiram, mesmo depois de termos explicado que já tínhamos um acordo com os colegas deles para trabalharmos na área. Por volta das 18H00 do mesmo dia aparecerem em nossa casa para negociar uma percentagem.

“No dia seguinte, prenderam-nos outra vez, no mesmo sítio, pagámos mais US\$100 para nos deixarem trabalhar com a moto-bomba e mais US\$1200 de percentagem [sobre os lucros do garimpo]. O chefe do grupo era o Toni”, denuncia José Pedro.

“Aqui, nas Lundas, estamos muito mal”, remata.

7.2.3 Sumário de Violações em 2005

Caso nº 26

Vítima: João Manuel Santana, 33 anos, natural do Cuango

Data: 22 de Dezembro de 2005

Local: Kanzu – I

Descrição dos acontecimentos: Por volta das 14H00, uma patrulha de quatro elementos da segurança da K&P Mineira surpreendeu um grupo de garimpeiros. “Um branco estrangeiro, que alegava ser encarregado da exploração dirigia a composição deles [K&P Mineira]. Obrigaram-nos a mudar a roupa. Os outros fugiram e eu fiquei sozinho”, revela João Santana.

Tendo servido de saco de pancadaria dos seus captores, transportaram-no, na carroçaria de uma carrinha, de bikini apenas, até à sede da Luminas, “onde me deram uns calções rotos para vestir e uns chinelos estragados, e ficaram com a minha roupa e sapatilhas”, explica o cidadão.

Conduzido à esquadra policial do Luremo, o oficial de serviço, segundo depoimento de João Santana, recusou-se a detê-lo por ausência de uma queixa e provas de ter cometido algum crime. Diante da esquadra, os guardas desembaraçaram-se do garimpeiro.

Caso nº 27

Vítima: Adriano Leonardo Barros, 22 anos, natural de Luanda

Data: 28 de Novembro de 2005

Local: Margens do Rio Cuango, área do Txatxo

Descrição dos acontecimentos: O segurança da K&P Mineira identificado pelo nome de Leonardo Mateus Baptista, encontrou Adriano Leonardo Barros no buraco, a explorar diamantes, e desferiu-lhe dois tiros na perna direita.

A família da vítima pressionou a Luminas a assumir a evacuação do ferido para Luanda, o que aconteceu no dia seguinte. O jovem deu entrada no Hospital Militar de Luanda, a 29 de Novembro e teve alta compulsiva a 12 de Dezembro de 2005 por acumulação de dívidas, resultante do tratamento.

“A minha irmã, a mãe do Adriano, tem estado a exigir da companhia o pagamento do tratamento para remover os ferros que o miúdo tem na perna e eles já não querem saber do assunto. O estrangeiro [nas instalações da Luminas] com quem ela tem estado a falar não diz nada”.

Quanto às razões do disparo, a Sra. Rosa informa que o seu sobrinho, no dia anterior aos disparos, pagou ao segurança Leonardo Mateus Baptista a quantia de US\$50 e uma garrafa de vinho, como “licença de exploração”. “Ainda por cima, dispararam contra o miúdo e queriam atingir mais um jovem que estava ao lado”, desabafa a tia.

Caso nº 28

Vítima: Bernardo Marco, 42 anos, natural do Luremo

Data: 20 de Novembro de 2005

Local: Margens do Rio Cuango, área do Txatxo.

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha de dois elementos da K&P Mineira, com as armas apontadas para o buraco onde se encontravam quatro garimpeiros, chamou a si a responsabilidade de julgar os presos. “Mandaram-nos sair do buraco e deitar de barriga para o chão. Um deles chamou-me de feiticeiro, sem juízo, por estar a garimpar e bateu-me com seis catanas nas costas, bem puxadas. Ainda tenho quatro cicatrizes”, diz o garimpeiro.

“Os outros levaram sete catanadas cada e mandaram-nos retirar. No dia seguinte, voltámos ao local para lavar o cascalho. Apanharam-nos outra vez e bateram-nos com catanas também”, explica Bernardo Marco

Caso nº 29

Vítima: Domingos Morais, 46 anos, natural de Malanje

Data: 15 de Outubro de 2005

Local: Barragem do Metle, Ngungo, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Por volta das 9H00, um grupo da K&P Mineira atacou a área de garimpo. “Nós tínhamos acabado de *matabichar* e nem tivemos tempo de fugir. Um deles aqueceu a catana no fogo onde preparámos o café e bateu-me nas nádegas, quatro vezes, com a catana bem quente”, descreve Domingos Morais.

“Um dos agentes da PN, que tinha o seu projecto [de garimpo] e estava a trabalhar connosco, ameaçou os guardas da K&P Mineira dizendo que um dia as armas serão desenterradas para combater esse tipo de abusos. Assim, deixaram-nos em paz”, conta o entrevistado.

Domingos Morais testemunhou que, no mesmo dia, durante a operação, os seguranças da K&P Mineira alvejaram a tiro “a mãe de um congolês”, desconhecendo, no entanto, o nome e o destino da senhora.

Caso nº 30

Vítima: Carlos Timóteo, 50 anos, natural do Quela, Malanje, Joãozinho, 16 anos

Data: 1 de Setembro de 2005

Local: Margens do Rio Cuango, área do Txatxo

Descrição dos acontecimentos: “O protecção física Osvaldo, da K&P Mineira, apareceu com uma cartucheira no peito de 10 carregadores. Nós éramos uma equipa de quatro, dois a trabalhar com a moto-bomba e dois na peneira. Levou-nos para dentro da Luminas, onde pássamos o dia todo a capinar” descreve Carlos Timóteo.

Cumprida a fase dos trabalhos forçados, nas instalações do referido projecto diamantífero, transferiram-nos para a posição do Cangau onde o guarda, identificado pelo nome de Osvaldo, aplicou a sentença. “Primeiro puseram o Joãozinho deitado de barriga para baixo. O Osvaldo bateu-lhe com sete pás bem remadas nas nádegas. Talvez, por causa da idade [16 anos], o miúdo quase comia a terra, de tantas dores. Eu, como mais velho, levei apenas três pás nas costas. Ele bateu os outros com pás também”, relata o cidadão.

Mais adiante, os guardas conduziram os garimpeiros até às celas da esquadra policial do Luremo, onde estes pernoitaram. De acordo com o interlocutor, que também se identificou como sendo o chefe do buraco onde garimpavam, “os agentes disseram-nos que não éramos criminosos, que o problema era da falta de empregos. Mandaram-nos limpar a esquadra e soltaram-nos”

Caso nº 31

Vítima: João José Massaco, 36 anos, natural do Luremo

Data: 30 de Agosto de 2005

Local: Margens do Rio Lumonhe, Luremo

Descrição dos acontecimentos: Com recurso a um forte tiroteio, nove elementos afectos à K&P Mineira detiveram oito garimpeiros, no período da manhã. “Estenderam-nos nas rochas e bateram-nos com catanas, nas nádegas. Eles batem muito mal, correm bem e têm muita força”, reconhece o garimpeiro.

Mais detalhes não pôde providenciar porque “os disparos que fizeram na mata parecia um ataque militar e, depois, as dores da porrada eram tantas que não dava para pensar em mais nada”. Encaminharam-nos até à sede da Luminas, onde capinaram até ao fim da tarde.

Caso nº 32

Vítima: Alé Sibó, 31 anos, da RDC

Data: 31 de Maio de 2005

Local: Bairro Muana Mahango

Descrição dos acontecimentos: Testemunhas oculares afirmam que um grupo de nove elementos da K&P Mineira causaram alvoroço no bairro ao dirigirem-se à residência de Alé Sibó. Não houve tempo para acomodar os seus visitantes. “Ele disse-lhes que ia buscar cadeiras dentro de casa para se sentarem e deram-lhe logo três tiros no pé esquerdo”, confirmam os vizinhos.

Os mesmos afirmam que a acção era uma consequência do envolvimento de ambas as partes no garimpo. Houve desentendimentos e suspeitas sobre a eventual existência e desaparecimento de uma pedra valiosa. Os guardas decidiram punir o “suspeito” com tiros.

7.2.4 Resposta da Direcção-Geral da K&P Mineira

De 7 de Abril a 27 de Junho de 2006, o autor tentou, inúmeras vezes, contactar o Director-Geral da K&P Mineira, José Gomes Maria Rodrigues, quer por carta e fax quer por via telefónica junto da sua secretária, a Sra. Rosa. Ignorou todas as solicitações.

7.3 Teleservice

7.3.1 Breve Anotação sobre a Teleservice

*Pergunto se a Teleservice foi mandada para aqui para maltratar e matar o povo?
Estevão Calenga, 48 anos, garimpeiro*

A Teleservice é uma empresa privada de segurança de Direito angolano legalmente reconhecida a 16 de Dezembro de 1993, com um montante total de 500,000 acções repartidas entre os seus sócios⁽⁶⁾ pela ordem que se segue:

- General António dos Santos França “Ndalú”, detentor de 50,000 acções.
- General João Baptista de Matos, subscritor de 50,000 acções.
- General Luís Pereira Faceira, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército das FAA, com 45,000 acções.
- General António Emílio Faceira, ex-Comandante dos “Boinas Vermelhas” Comandos, 40,000 acções.
- José Carlos de Sousa Figueiredo, 40,000 acções.
- José Pedro Fernandes da Silva, 40,000 acções.

- General Armando da Cruz Neto, ex-Chefe do Estado-Maior General das FAA, actual embaixador no Reino de Espanha, 35,000 acções.
- General Paulo Pfluger Barreto Lara, ex-Chefe da Direcção Principal de Planeamento e Organização do Estado Maior-General das FAA, 30,000 acções.

De forma impressionante, a Teleservice detêm o monopólio na prestação de serviços de segurança às petrolíferas, em Angola. Constanam do leque a Sonangol, Chevron-Texaco, Total, Norsk-Hydro, Esso, Petromar, Halliburton^[6].

Na área dos diamantes garante protecção à De Beers Prospecting (Lucapa), Sociedade Mineira do Lucapa (Lucapa), Associação Chitotolo (Nzagi), ITM (Mufutu) todos situados na província da Lunda-Norte.

Como garantia da qualidade dos seus serviços, de acordo com a brochura da empresa, “a Teleservice possui, em Luanda, um centro de formação profissional, dotado de quadros formadores, com formação técnica e pedagógica adquirida em centros especializados no exterior do país, o que garante um alto nível de aproveitamento dos instruendos^[7]”. Esse centro conta com a assistência técnica e supervisão permanente da empresa sul-africana Gray Security.

A Teleservice providencia ainda, a cada agente seu, um livro de bolso^[8] cujo conteúdo inclui códigos de conduta e disciplina para os oficiais e agentes de segurança. Esse guia enfatiza a necessidade de uma postura de brio profissional junto ao cliente, de respeito às leis e à companhia, assim como de representação da sua imagem.

O rigor profissional e a qualidade de formação dos agentes de segurança da Teleservice, em teoria, se estende também aos destacados no Cuango. No episódio da ponte (cfr. Secção 3.4) foi possível testar a sua estrutura de acção e o nível da cadeia de comando. Ao tratar-se apenas da passagem de uma viatura, os guardas comunicaram ao chefe imediato que, por sua vez, ao esgotar a justificação das suas ordens, apelou à intervenção do chefe acima de si.

O caso da ponte encerra grande simbolismo por mais uma razão. A 11 de Abril de 2006, o comando da Esquadra Policial de Cafunfo movimentou um efectivo para a ponte situada na via principal do Pone, um improviso de manilhas, nas proximidades do Ponto Zero, área de controlo da Teleservice. Segundo um oficial da PN, destacado para a operação, a descoberta de um lençol de diamantes debaixo da ponte, “inspirou os efectivos da Teleservice a patrocinar um grupo de garimpeiros e a protegê-los, no sentido de efectuarem a exploração do local, com o risco de fazerem desabar a ponte e cortar a ligação rodoviária entre Cafunfo e Luremo”.

A 17 de Maio de 2006, efectivos policiais envolveram a zona da ponte do Pone, de madrugada. Entretanto, um grupo de quatro agentes, à paisana, disfarçados de taxistas, negociavam com os guardas da Teleservice a sua passagem pela ponte por US\$50. Um dos agentes tirou uma foto, como prova dos abusos da Teleservice. Na reacção, instalou-se um breve tiroteio, sem ter causado alguma vítima. O cerco estava montado pelos agentes policiais e da acção resultou a prisão dos guardas Bernardo Custódio, Emilio Ernesto Elione, Lourenço Miguel e Andrade Miguel, assim como a apreensão de quatro armas do tipo AK-M e uma metralhadora PKM.

As forças da ordem pública queimaram o referido posto de observação da Teleservice, que também servia de centro de tortura. Como ilustração, a 6 de Fevereiro de 2006, o Sr. Tomás Txialua, 42 anos, encontrou um cadáver em decomposição, com sinal de ter sido abatido a tiro, junto à tenda do posto em questão. Comunicou o facto à esquadra local para averiguação do caso. Um oficial da referida esquadra confirmou o caso como “mais uma prova da arbitrariedade da Teleservice”.

7.3.2 Sumário de Violações em 2006

Caso nº 1

Vítima: Floriano Moisés, 24 anos, natural de Cafunfo

Data: 14 de Maio de 2006

Local: Cateu, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Surpreendido por um tiroteio dos seguranças da Teleservice, enquanto lavava o cascalho, Floriano Moisés arrependeu-se de ter tentado a fuga. Segundo o seu depoimento, um dos guardas espetou-lhe o cano da arma na boca, para provar o sabor da pólvora.

“Obrigaram-me a lavar todo o cascalho. Consegui três pedras de diamantes. Não consegui avaliar o peso porque não tinha balança”, explica o garimpeiro.

Depois de lhe ter recebido as pedras, de acordo com o seu testemunho, um dos guardas assestou-lhe com uma moça na nuca. “Perdi os sentidos”, diz Floriano Moisés.

Passada uma hora e meia, o garimpeiro e mais três colegas retomaram a labuta. Os seguranças da Teleservice, mais uma vez, o apanharam. “Apanhámos, cada, com 16 cabos da pá nas costas e nas mãos, amarraram-nos e encaminharam-nos até à sua tenda, onde fomos obrigados a fazer limpeza. Soltaram-nos a seguir”, conta Floriano Moisés

Caso nº 2

Vítima: Novais Bonifácio, 30 anos, natural do Uíge

Data: 7 de Maio de 2006

Local: Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Interceptado por quatro elementos da Teleservice, na ponte sobre o Rio Cuango, na área do Pone, Novais Bonifácio teve de responder a um pequeno interrogatório sobre a sua actividade de garimpo.

“Eu expliquei que, por falta de emprego, a minha fonte de subsistência é o garimpo. Os homens ficaram muito nervosos e começaram a espancar-me. Atiraram todos os meus instrumentos ao rio e levaram-me até à tenda deles onde sovaram-me com 20 mocas nas nádegas”, conta o garimpeiro, libertado após a punição.

Caso nº 3

Vítima: Gegé André Mulemessô, 29 anos, natural de Lucapa, Lunda-Norte

Data: 2 de Maio de 2006

Local: Kamabo, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: “Encontraram-me a lavar o cascalho e perguntaram-me se a área era do meu pai, para estar ali a garimpar à vontade. Eu respondi que sou angolano, desempregado e que o garimpo é o meu método de sobrevivência”, explica o garimpeiro sobre o seu encontro com os guardas da Teleservice, por volta das 15H00.

“Aí começou a guerra! Atiraram-me para o chão, espancaram-me com 30 cabos da pá nas coxas e cinco nas palmas da mão. Soltaram-me depois de três horas”, contabiliza Gegé Mulemessô.

Caso nº 4

Vítima: Jacinto António Bartolomeu, 26 anos, natural de Caungula, Lunda-Norte

Data: 25 de Abril de 2006

Local: Kamabo, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha de cinco guardas da Teleservice encontrou Jacinto Bartolomeu a lavar cascalho com o seu colega Neves Felipe. Vendaram-lhes os olhos e os encaminharam, de carro, até à direcção da SMC, de acordo com o seu depoimento, onde passaram por um pequeno interrogatório. Se sabiam que a área, onde garimpavam, “estava vendida ou não”?

À resposta de que não sabiam, segundo Jacinto Bartolomeu, um dos guardas esclareceu “a verdade”, acusou-os de trespasses de propriedade alheia e aplicou um castigo de 20 chicotadas nas mãos e 10 nas nádegas para cada um. Para referência pública do castigo, o guarda cuidou de cortar um pé de cada par de calças das vítimas.

Caso nº 5

Vítima: Óscar Tito Neves, 20 anos, natural de Camaxilo, Lunda-Norte

Data: 12 de Abril de 2006

Local: Pone, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: De nada valeu a Óscar Neves ter tomado banho na margem do Rio Cuango, na área do Pone, ao fim do dia. De regresso à casa, teve de prestar contas, na via pública, aos guardas da Teleservice sobre o uso e a propriedade do rio.

“Eles perguntaram-me se eu não sabia que estava numa área de concessão mineira. Eu expliquei que todos os filhos da terra tomam banho no rio [inexistência de água canalizada^[9]] e como se proíbe as pessoas de o fazer?”

“Acertaram-me com uma coronhada no olho. Caí. Amarraram-me os pés e as mãos e surraram-me com um cinto, durante quase meia hora. Soltaram-me depois”, descreve o banhista.

Caso nº 6

Vítima: Quinito Muamussombo, 25 anos, natural de Saurimo, Lunda-Sul

Data: 10 de Abril de 2006

Local: Ponte do Pone, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Pouco antes do meio-dia, Quinito Muamissombo ia a circular pela ponte do Pone, de motorizada, com destino ao bairro dos Bolinhos, situado na área de concessão da SDM, quando os guardas da Teleservice o interpelaram.

O cidadão levava, às costas, uma mochila com peixe seco, arroz, massa alimentar e açúcar. “Ao verem os produtos alimentares, os seguranças acusaram-me de garimpeiro. Eu tentei discutir e apanhei com uma coronhada na cara. Sangrei pelas narinas”, explica Quinito Muamissombo.

O motociclista conta que os homens da Teleservice queimaram a mochila e tentaram fazer o mesmo com a motorizada, mas desistiram da ideia e preferiram espancá-lo com mocas na região lombar. Retiveram-no por duas horas.

Caso nº 7

Vítima: Armindo João Caetano, 18 anos, natural de Cafunfo

Data: 10 de Abril de 2006

Local: Margem do Rio Cuango, área de Kamabo, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Seis garimpeiros tentaram a fuga ao aperceberem-se do cerco que os envolvia, depois do meio dia. Em reacção, os perseguidores fizeram disparos ao ar para impedir a corrida.

Após a captura, Armindo Caetano conta os procedimentos “extra-judiciais” por que passou, a partir do momento em os seus captores o obrigaram a despir a roupa. Nu, molharam-lhe o corpo todo, assim como a moça com que foi violentado, repetidas vezes, na região lombar. Dor mais aguda sentiu quando lhe quebraram o dedo anelar.

Mais adiante, o jovem diz ter caminhado cerca de 40 kms, a partir da Rio Lumonhe, na comuna do Luremo, para onde os seguranças da Teleservice o transportaram e apearam, de regresso à Cafunfo. Queixa-se de ter chegado a casa com os pés inflamados.

Caso nº 8

Vítima: Henriques Mateus, 32 anos, natural do Cuango

Data: 9 de Abril de 2006

Local: Rio Lué, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Guardas da Teleservice cercaram um grupo de garimpeiros, por volta das 11H30, que se encontrava a banhar, aos tiros. De acordo com depoimentos de familiares, os guardas trataram Henriques Mateus a pontapés e coronhadas no peito e nas costas ao ponto de expelir bastante sangue pela boca. Sem precisarem o número de garimpeiros que tiveram a mesma sorte, os familiares informam que os guardas transportaram Henrique Mateus, de carro, até à zona do Pone, onde o abandonaram. Socorrido por passantes, os familiares afirmam que o cidadão morreu a caminho da vila de Cafunfo.

Caso nº 9

Vítimas: Adão Gonçalves Moisés, 50 anos, Domingos Novais, 38 anos, ambos naturais do Lubalo, Lunda-Norte

Data: 8 de Abril de 2006

Local: Pone, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Adão Moisés teve cerca de quatro horas para mostrar os seus dotes de dançarino às mãos dos guardas da Teleservice, que o abordaram na área de garimpo do Pone e o levaram para o seu posto de observação como entretenimento.

“Quando chegámos à tenda deles, despiram-nos a roupa, ficámos de bikini, e obrigaram-nos a dançar Sassa Tchokwé^[10]. O garimpeiro que não dançasse apanhava porrada com o cabo da pá nas costas”, afirma o cidadão.

Um dos guardas, segundo o seu depoimento, atingiu-lhe com um cabo da pá nos dedos da mão esquerda e causado fractura, por ter reclamado dançar contra a sua vontade.

Por sua vez, Domingos Novais, conta o castigo que lhe foi aplicado por ter tentado fugir à sessão de dança. “Ao tentar correr, um dos guardas deu-me uma rasteira, caí e apanhei com 30 cabos da pá na coluna, por isso não consigo andar em condições”. Por volta das 13H00, os garimpeiros receberam ordem de soltura.

Caso nº 10

Vítima: Tony Muandumba, 33 anos, natural de Camaxilo, Lunda-Norte

Data: 7 de Abril de 2006

Local: Pone, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: O garimpeiro em causa fez parte da fila indiana de garimpeiros, amarrados uns aos outros pelos guardas da Teleservice, a meio da manhã, sob a mira das armas para evitar fugas e intimidar os refilões.

“Levaram-nos até às suas tendas onde fomos forçados a despir as roupas. Cada garimpeiro apanhou 14 cabos da pá na coluna. Às 13H00 fomos soltos”, diz Tony Muandumba.

Caso nº 11

Vítimas: Pedrito Mateus, 42 anos, natural do Cuango

Data: 7 Abril de 2006

Local: Kamabo, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: O cidadão em causa teve de ser suturado, com 12 pontos na cabeça devido a um golpe de moça desferido por um guarda da Teleservice.

Seis elementos, da referida empresa, detectaram um grupo de garimpeiros a lavar o cascalho, na margem do Rio Cuango, e aplicaram a Pedrito Mateus um correctivo de 15 mocas na região lombar, para além do ferimento na cabeça.

Caso nº 12

Vítima: Xavier Kola, 32 anos, Eduardo Homme, 33 anos, e Dúdú, 30 anos

Data: 7 de Abril de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Os quatro garimpeiros aprisionados, no mesmo buraco, por volta das 6H00 da manhã, tiveram o “privilégio de patrulhar” pelo mato com os seus três captores da Teleservice, por mais de três horas.

“Quando chegámos à tenda deles [Teleservice], junto ao Rio Lué, torturam-nos feio. Apanhei com 15 cabos da pá em cada mão e mais 15 nas nádegas”, explica Xavier Kola, indicando também o mesmo castigo para os outros companheiros.

Para além dos seus “sócios”, Xavier Kola indica também a captura, no mesmo local, mas numa posição diferente, do “Nico e o Adilson” que receberam sentença similar, um total de 30 cabos da pá nas mãos e mais 15 nas nádegas.

Como complemento da pena, em forma de trabalhos forçados, “eu cortei capim, o Eduardo lavou as fardas e os outros acarretaram água”, explica o interlocutor.

Caso nº 13

Vítima: Armando Txitxi, 27 anos, natural do município de Caungula, Lunda-Norte

Data: 7 de Abril de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Três efectivos da Teleservice detiveram oito garimpeiros na área de garimpo do Bula, por volta das 10H00, enquanto um número maior conseguiu escapar.

“Antes de nos levarem à tenda deles, bateram-nos com o cabo da pá, 18 em cada mão e 18 nas nádegas”, afirma Armando Txitxi, mostrando a mão esquerda, ainda inflamada e um dos dedos que perdeu a mobilidade. “Por refilar, levei mais três paus na cabeça”, conta o garimpeiro.

Na tenda, nas instalações da Sociedade Mineira do Cuango, os guardas distribuíram, aos garimpeiros, trabalhos forçados. “Uns tiveram de capinar, outros acarretaram água, alguns lavaram as fardas deles e, depois das 17H00, libertaram-nos”, informa Armando Txitxi.

Caso nº 14

Vítima: Adão Salvador Moisés, 28 anos, natural de Saurimo, Lunda-Sul

Data: 6 de Abril de 2006

Local: Margem do Rio Cuango, área de Kamabo, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Emboscado na picada para o rio, Adão Moisés conta ter servido de alvo, para a prática de tiro, de um dos seis membros da patrulha da Teleservice. Em vão tentou escapar. À mercê, segundo o seu depoimento, os seguranças atingiram-no com várias coronhadas na cabeça até sangrar bastante. Para o humilhar, despiram-no e o obrigaram a caminhar, na via pública trajando apenas umas cuecas, até ao posto de observação da Teleservice, junto ao Rio Lué, que controla a área do Bula. Nesse posto, permaneceu detido, sem quaisquer procedimentos legais, durante cinco dias. Após a sua libertação, um taxista recolheu-o, junto à margem do Rio Lué, e deu-lhe boleia até Cafunfo. Os companheiros procederam à sua evacuação para Saurimo, tendo antes transitado por Muxinda.

Caso nº 15

Vítima: Felipe Afima, 21 anos, natural da RDC

Data: 2 de Abril de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Ao avistar a progressão de uma patrulha de dois seguranças da Teleservice, Felipe Afima, de acordo com as suas declarações, tentou a fuga, assim como os seus companheiros Samy e Castro.

“Ao correr, caí numa rocha, apanharam-me e deram-me com três catanadas nas costas. Comecei a chorar e largaram-me”, conta o garimpeiro.

Caso nº 16

Vítima: Cambamba Kabaka, 34 anos, natural de Bandundu, RDC

Data: 30 de Março de 2006

Local: Área do Catote, Bula

Descrição dos acontecimentos: “Eles andam sempre com cordas e tinham dois cães. Por isso, não fugi”, refere o cidadão congolês sobre a rusga efectuada por quatro efectivos da Teleservice, às primeiras horas da manhã.

As articulações dos braços do deponente, à data da entrevista, apresentavam feridas tal a brutalidade com que foi amarrado pelos cotovelos. A mesma sorte tiveram outros oito garimpeiros aprisionados no mesmo local.

“Levaram-nos para a tenda deles [no Bula] onde passámos o dia a fazer trabalhos domésticos.

A seguir, passaram para a fase do sadismo, com a ordem para despir as roupas. “O chefe do posto pegou no cabo da pá, mandou-nos deitar, de barriga para baixo, e bateu-nos a todos. Cada um de nós apanhou 20 nos gémeos, 20 nas mãos e 20 nas nádegas”, detalha Cambamba Kabaka.

Por volta das 19H00, os efectivos do referido posto de observação celebraram o dia com uma cerimónia de queima das roupas das suas vítimas e os mandaram em liberdade.

Caso nº 17

Vítima: Edó Kassange, 21, natural do Mukosso, República Democrática do Congo

Data: 30 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Com as mãos ao ar, saiu do buraco, que se encontrava a cavar, sob pontaria de uma AK empunhada por um guarda da Teleservice. Amarrado pelos cotovelos, Edó Kassange não conseguiu contar quantas vezes o cabo da pá atingiu-lhe o corpo. Depois de o sovarem, com mais cinco garimpeiros, os homens da Teleservice encaminharam os espancados ao seu posto de observação onde os forçaram a trabalhos domésticos de acarretar água e lavar roupas.

“Eu tentei refilar e um deles pegou na pá e bateu com força no dedo do meu pé. Aleijou-me e comecei a sangrar muito. Soltaram-me, mas não consegui andar muito. Dormi na mata até escutar vozes. Pedi socorro a dois jovens, Bruno e Júlio, que me ajudaram a chegar a casa, no dia seguinte”, narra Edó Kassange.

Caso nº 18

Vítima: Dicasso Mutomossi, 29 anos, da República Democrática do Congo

Data: 30 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha de três efectivos da Teleservice aprisionou 10 garimpeiros, por volta das 6H00, e administrou-lhes o ritual das pás.

“Torturaram cada um de nós com 40 pás (10 em cada mão e 10 em cada gémeos. Depois levaram-nos à tenda deles onde acarretamos água, lavámos roupa, limpámos e cozinhámos para eles”, descreve Dicasso Mutomossi

Caso nº 19

Vítima: Trésor Munanga, 24 anos, natural de Bandundu, República Democrática do Congo

Data: 30 de Março de 2006

Local: Margens do Rio Lue, área do Bula, Cuango

Descrição dos acontecimentos: Cinco efectivos da Teleservice tomaram o controlo da área de garimpo do Bula, por volta das 9H00, e detiveram oito indivíduos. “Amarraram-nos com pelos cotovelos e levaram-nos até à tenda deles na posição do Caipupo”, explica o cidadão congolês.

“Aí, despiram-nos e torturaram-nos com 20 paus cada (10 nas nádegas, cinco nas mãos e cinco nos gémeos. Queimaram os nossos calçados e durante seis horas tivemos de acarretar água, lavar roupa. Outros garimpeiros prepararam o almoço deles de arroz, com feijão e carne. Não nos deram nada para comer”, Trésor Munanga.

Caso nº 20

Vítima: Manuel Pedro da Costa, 33 anos, natural de Caungula

Data: 29 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Três efectivos da Teleservice, acompanhados por dois cães, encontraram um grupo de garimpeiros a lavar o cascalho, por volta das 10H00, e soltaram os animais. Um dos cães mordeu Manuel Pedro da Costa no pé direito, largou e correu atrás dos outros que estavam em fuga.

“Não tive como defender-me, o cão era grande”, conta o indivíduo que mais não foi incomodado pelos seguranças.

Caso nº 21

Vítima: Papi Kissenga, 28 anos, natural de Kikuit, RDC

Data: 29 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Um grupo da Teleservice, composto por três seguranças, surpreendeu Papi Kissenga e mais dois companheiros num buraco. “Amarraram-nos pelos cotovelos. Levei três coronhadas na cabeça”.

Encaminhados ao posto de observação dos referidos seguranças, os garimpeiros, segundo o entrevistado, tiveram de acarretar água, apanhar lenha, lavar as fardas e preparar o jantar dos captores, um menu de funge com carne.

Foram libertados depois da ceia dos guardas.

Caso nº 22

Vítima: Freddy Ngangi, 28 anos, natural de Kinshasa, RDC

Data: 29 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Preso na mesma operação que apanhou Papi Kissenga, noutra buraco a metros de distância, o congolês ainda exibia o olho esquerdo inflamado como resultado de um soco desferido por um elemento da Teleservice.

“Ele deu-me um soco no olho para mostrar-lhe onde estava o diamante. Depois amarrou-me pelos cotovelos, a um ferro, a barra de mina que utilizamos para partir rocha e levaram-me para a tenda deles com os outros”, explica Freddy Ngangi.

Caso nº 23

Vítima: Eddy Matungulo, 20 anos, natural de Bandundu, República Democrática do Congo

Data: 27 de Março de 2006

Local: Margens do Rio Lue, área do Bula, Cuango

Descrição dos acontecimentos: Seis garimpeiros foram interceptados por três efectivos da Teleservice. Cinco conseguiram escapar debaixo de tiroteio, com excepção de Eddy que, na corrida, caiu num buraco. “Um dos seguranças retirou o laço do meu fato olímpico, amarrou-me pelos cotovelos, no buraco. Tiraram-me do buraco, estenderam-me no chão e bateram-me com 15 pás nas nádegas”, explica o garimpeiro, mostrando as cicatrizes mal curadas que tem nos braços, na região onde foi amarrado.

Eddy não escapou ao trabalho de acarretar água para encher as vasilhas na tenda dos guardas. Queimaram-lhe a roupa e assim o libertaram.

Caso nº 24

Vítima: Justin Alfred, 35 anos, natural do Uíge

Data: 22 de Março de 2006

Local: área de Camissombo, Bula

Descrição dos acontecimentos: Mais lestos, os seus dois companheiros escaparam à aproximação de um patrulha da Teleservice. Justin Alfred viu a manhã a vermelho, segundo o seu testemunho, quando um dos seguranças assestou-lhe coronhadas na cabeça, no peito e outra que lhe assentou na clavícula. “Apareceu um outro Teleservice, o Russo, que me mandou soltar porque eu estava a sangrar muito”, conta o cidadão.

Caso nº 25

Vítima: Manuel Ngoya, 26 anos, natural do Luremo

Data: 21 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Tendo montado um sistema de vigia, perto do meio-dia, os garimpeiros debandaram ao notarem a aproximação de efectivos da Teleservice. Julgaram suficiente esconder-se no capim a poucos metros dos buracos que garimpavam. Debalde. “Detectaram a nossa posição, cercaram-nos e apontaram-nos as armas”, conta Manuel Ngoya.

“Éramos cerca de 20 garimpeiros, mandaram-nos sentar no chão, um deles cortou paus e iniciou a bater-nos, um por um”, continua o garimpeiro.

“Ali é só bater. Ele próprio é que fica cansado, larga um indivíduo e pega noutro. Só um batia. Quem chefiava o grupo era um branco estrangeiro, que também estava armado com AK. Não sabemos qual é a sua origem”, revela Manuel Ngoya.

Segundo o interlocutor, “levaram-nos em três carrinhas Toyota Hilux até ao posto deles no Quimango, mais de 50 kms do local onde nos aprisionaram. Lá capinámos até ao anoitecer. Libertaram-nos no posto de controlo da Teleservice, no Cangau, e fomos obrigados a regressar a pé, até ao Cafunfo”.

Caso nº 26

Vítima: Estevão Calenga, 48 anos, natural do município de Caungula, Lunda-Norte

Data: 21 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: “Pergunto se a Teleservice foi mandada para aqui para maltratar e matar o povo?” Frustrado, Estevão Calenga inicia o seu testemunho.

“Levei com 18 cabos da pá nas nádegas, no sítio onde fui apanhado. Quem me apanhou foi o chefe deles, um branco com sotaque estrangeiro. Esse branco é que dava ordens para nos baterem”, revela o garimpeiro.

Sem ter prestado atenção ao número de efectivos da Teleservice envolvidos na operação ou o número de garimpeiros recolhidos, Estevão Calenga conta que foram parar ao posto de observação da Teleservice, no Cangau, onde, a posteriori, receberam ordens de soltura.

Na jornada de regresso a casa, a pé e de madrugada, ao passarem nas proximidades do posto de controlo do Ponto Zero, instalado pela Teleservice, os garimpeiros foram recolhidos, outra vez, pelos seguranças locais.

“A patrulha deles apanhou-nos a andar no asfalto, na via pública, levaram-nos para o posto onde nos surraram com mangueira, que tinha um pau lá dentro. Eu apanhei 25 mangueiras nas nádegas”, conta Estevão Calenga.

“Havia um aleijado, no nosso grupo, que desmaiou duas vezes com a porrada e acrescentaram-lhe mais. Os da Teleservice diziam que ele estava a fingir”, descreve o garimpeiro.

“Se tivesse emprego, eu não estaria no garimpo. Não estamos a roubar, a terra é nossa! Lutámos para isso. Nem já no tempo da guerra se castigavam as pessoas dessa maneira”, argumenta o cidadão.

Caso nº 27

Vítima: Silvério Malange Kalucango, 30 anos, natural de Saurimo

Data: 21 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Numa rusga efectuada à área de garimpo, ao meio-dia, efectivos da Teleservice, em número não determinado, capturaram 25 garimpeiros, de acordo com informações prestadas por Silvério Kalucango.

“Eu apanhei com 15 cabos da pá nas nádegas. Os outros receberam uma dose de 25 a 30 cabos nas nádegas dependendo da sorte de cada um”, ilustra o entrevistado.

Acto contínuo, “amarraram-nos uns aos outros, colocaram-nos em viaturas e rumámos para a posição da Teleservice, no Vuka, a cerca de 50 kms de distância do sítio onde fomos recolhidos”.

Como parte da punição, segundo o declarante, os elementos de segurança da Teleservice submeteram os garimpeiros a trabalhos forçados. Tiveram de lavar as fardas, engraxar as botas, acarretar água, capinar à volta das instalações. Libertados no local, a marcha de regresso à casa pelos próprios pés, para alguns, levou dois dias, de acordo com Silvério Kalucango.

Caso nº 28

Vítima: Manuel Muassanza, 25 anos, natural do Luremo

Data: 15 de Março de 2006

Local: Camissombo, Bula

Descrição dos acontecimentos: Surpreendidos a lavar cascalho, por três efectivos da Teleservice e um cão, seis garimpeiros tiveram de se submeter a trabalhos forçados no posto de controlo dos seus captores.

“Eles soltaram o cão e este mordeu-me na perna esquerda. Aumentaram a minha dor com mais oito pás (cinco nas nádegas e três nas mãos). Os outros também levaram porrada e só nos soltaram de madrugada”, diz Manuel Muassanza.

Caso nº 29

Vítima: Gingongo Ndua, 23 anos, natural do Luremo

Data: 3 de Março de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Três seguranças da Teleservice e um cão acercaram-se de um grupo de quatro garimpeiros que se encontravam num buraco a cavar.

Na tentativa de fuga dos garimpeiros, segundo Gingongo Ndua, os guardas soltaram o cão e incitaram-no a apanhar os fugitivos. “O cão cravou os dentes na minha perna esquerda. O cão soltou-me apenas quando eles ordenaram. Mandaram-me embora”, explica o garimpeiro.

Caso nº 30

Vítima: Jack Cuiulula, 32, natural de Kinshasa

Data: 26 de Fevereiro de 2006

Local: Bula

Descrição dos acontecimentos: Encontrados a tirar cascalho num buraco, por volta das 13H00, quatro garimpeiros estiveram à mercê de um cão solto por efectivos da Teleservice.

O cão mordeu Jack Cuiulula nas nádegas. Os elementos da Teleservice, em número não determinado, encaminharam os detidos no seu posto de observação. “Despiram-nos. Eu apanhei 15 vezes com o cabo da pá nas nádegas”, conta Cuiulula de forma quase imperceptível, praticamente imobilizado e com o corpo a apodrecer na região do baixo ventre, no dia da entrevista, a 31 de Março de 2006.

Omar Bongo, 23 anos, que fazia parte do grupo e se apresentou como parente de Jack Cuiulula, levou com cinco mocas nas nádegas. “Depois disso, tivemos de acarretar água e fazer outros trabalhos domésticos para os guardas. Libertaram-nos às 18H00”.

Dado o estado grave em que se encontrava o cidadão congolês, o autor prestou-lhe assistência, evacuando-o da aldeia para o Hospital de Cafunfo, a maior unidade de saúde do município do Cuango. Recentemente remodelado e reinaugurado, com pompa e circunstância pelo governo provincial da Lunda-Norte, o hospital nem sequer está em condições de garantir água aos pacientes.

O gesto de apoio estendeu-se à compra de alguns medicamentos básicos para os primeiros socorros, como antibióticos, e baldes de água para a higiene do cidadão. Infelizmente, por falta de fundos que pudessem assegurar o tratamento do indivíduo em causa, o hospital teve de o isolar num quarto, que pouco depois se tornou nauseabundo porque já não havia medicamentos para prosseguir com o seu tratamento ou alguém que cuidasse da sua higiene.

A 1 de Abril de 2006, o autor visitou a Esquadra Policial de Cafunfo para informar sobre o caso de Jack Cuiulula. O sector de investigação procedeu, de imediato, com a constituição de um processo, tendo recolhido as declarações do enfermo, assim como o fotografou. A 11 de Abril de 2006, o autor foi chamado a depor no referido sector, pelo Investigador Luís, na sequência das investigações.

Caso nº 31

Vítima: Eritxe Kadongo, 35 anos, da RDC

Data: 15 de Fevereiro de 2006

Local: Kamabo, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: “Fui apanhado por volta das 11H00. Atingiram-me com dois cabos da pá na cabeça. Desmaiei. Eles pensaram que eu tinha morrido e fugiram. Os meus colegas atiraram-me água, recuperei os sentidos e levaram-me ao bairro”, conta Eritxe Kadongo sobre a operação realizada por homens da Teleservice, na área em que garimpava.

Caso nº 32

Vítima: Baptista, 27 anos, natural do Cuilo, Lunda-Norte

Data: 6 de Fevereiro de 2006

Local: Área do Pone, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Detido na via pública, quando se dirigia ao garimpo, por elementos da Teleservice afectos ao posto de controlo do Ponto Zero, o cidadão acima mencionado ousou reclamar, segundo o seu depoimento.

Para além de o torturarem com o cabo da pá, um dos guardas espetou-lhe uma faca na palma da mão direita. Libertaram-no a seguir.

Caso nº 33

Vítima: João Mukassa, 30 anos, natural de Caungula

Data: 29 de Janeiro de 2006

Local: Pone, Cafunfo

Descrição dos acontecimentos: Emboscado na via pública, quando regressava do garimpo, por uma patrulha da Teleservice afectada ao controlo do Ponto Zero, João Mukassa lamenta ter ficado sem o almoço.

“Obrigaram-me a mudar a roupa, deixaram-me apenas de cuecas. Bateram-me com o cabo da pá, e andaram comigo, assim [semi-nu] pela via pública, até ao posto deles onde fiquei até as 15H00 sem mastigar algo”, revela Mukassa.

Caso nº 34

Vítima: Kims Kimbango, 25 anos, natural de Bandundu

Data: Janeiro de 2006

Local: Canal do Bula

Descrição dos acontecimentos: Uma patrulha de três efectivos da Teleservice interpelou um grupo de garimpeiros, pouco depois do meio-dia, que operava no canal.

Kims Kimbango conta que os seus dois companheiros conseguiram escapar, apesar do tiroteio para os impedir, mas ele não teve a mesma sorte porque já tinha o cão às costas. “O cão arranhou-me nas costas eu caí e a seguir mordeu-me na perna. Os seguranças levaram-me para a tenda deles onde tive de acarretar 18 bidões de água, de 20 litros cada. Às 16H00 libertaram-me”, conta o garimpeiro.

7.3.3 Resposta da Direcção-Geral da Teleservice

O Director-Geral da Teleservice, Nelson Ramalho, garante o estrito cumprimento da Lei por parte da sua empresa.

Após ouvir uma resenha de actos de brutalidade praticados por efectivos da Teleservice, suportada pela exibição de algumas fotos comprovativas, Nelson Ramalho manifesta-se: “pode ser que haja excessos. Não temos que usar situações menos correctas. Quem determina as áreas de acesso e patrulhamento são as próprias companhias”.

O gestor, um coronel na reserva, explica um dos maiores problemas que a sua empresa tem verificado no combate ao garimpo. “Antes detínhamos os garimpeiros e os entregávamos à PN, que os libertava logo a seguir. Por isso optámos por aconselhamentos”.

Ante à insistência sobre o nível de abusos, bem como o emprego de cães na perseguição aos garimpeiros, o Director-Geral da Teleservice afirma que “não temos cães. Não usamos cães. Pode ser um caso excepcional”.

Mais adianta que a maioria dos garimpeiros são estrangeiros e “pode haver excessos, porque alguns são teimosos”.

De forma peremptória, Nelson Ramalho nega a existência de qualquer ordem, a partir de Luanda, para a sistematização das práticas de tortura, entre as três empresas a operar na área, que inclui o ritual de despir os garimpeiros e espancá-los sobretudo nas nádegas como forma de humilhação. “Não é política da empresa”, reafirma.

Sobre a questão do controlo do Ponto Zero, estabelecido pela Teleservice junto à ponte, na área do Pone, Cafunfo, o director realça que a ponte é pertença do projecto mineiro. “São políticas do projecto, nós apenas damos cumprimento. O projecto regulou a circulação de viaturas três vezes por semana”, diz.

“A nossa imagem não é de violência. Se as pessoas pudessem identificar os autores seria bom. A população tem de colaborar”, adianta Nelson Ramalho.

“Nós temos uma missão: impedir o garimpo e manter a segurança nas áreas concessionadas”, afirma o Dr. João Pedro, jurista da empresa e membro da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Angola.

“Há questões melindrosas. Às vezes aparecem brigas pessoais. O nosso procedimento é a apreensão dos materiais de garimpo. Levamos o garimpeiro à PN que o solta logo. A seguir, ele regressa ao trabalho”, explica o jurista.

“Deixámos de entregar o material de garimpo à PN porque os seus agentes depois o vendem. Nós também temos homens que estão sujeitos a tudo. Não acredito que haja esses casos”, refere o jurista, que também é colaborador do Escritório dos Direitos Humanos das Nações Unidas, na qualidade de formador para os direitos humanos.

Por sua vez, o Director-Geral da Teleservice, Nelson Ramalho, enfatiza que a sua empresa tem feito ciclos de palestras para melhor capacitar os seus homens “Estamos mais avançados no Nzagi e Lucapa. Este é um projecto novo. Vamos engajar-nos cada vez mais,

porque o garimpo está a tomar outros contornos. Temos de aconselhar os nossos clientes sobre as melhores práticas para lidar com o fenómeno”, avança.

7. Conclusões

8.1 A Estratégia e a Demissão do Governo

- Reconhece-se o esforço da PN na melhoria do seu relacionamento com a população, na bacia do Cuango, através do respeito pelos direitos humanos e da cidadania comum.
- É clara a coincidência entre o estabelecimento do relativo bom comportamento dos agentes da ordem pública e o agravamento da violação dos direitos humanos por parte de instituições privadas.
- O Governo é responsável pela transferência da acção de combate ao garimpo, da PN/FAA, para as empresas privadas de segurança sem que, para o efeito, tenha estabelecido procedimentos de fiscalização e delimitação legal dos actos destas. Em termos práticos, o Governo privatizou a violência a favor das empresas privadas de segurança.
- Nota-se a ausência de uma política de Estado na administração sócio-económica do Cuango e o total abandono das populações à violência, à miséria e à sua sorte.
- O modo obscuro como se atribuem as concessões, se firmam as responsabilidades sociais das empresas e as facilidades concedidas aos generais também são da estrita responsabilidade do governo.
- A Endiama, mais preocupada com a sua imagem internacional, assim como o próprio governo, revela-se refém dos interesses económicos particulares e estrangeiros. Não demonstra um mínimo de autoridade nas suas acções que revertam em benefício para as populações locais.

8.2 Carta Branca para a Demonstração de Poder e Humilhação

- As empresas privadas de segurança são responsáveis morais e materiais pelos actos de violência e atentados aos direitos humanos perpetrados pelos seus operacionais. Estes últimos são submetidos a testes psicotécnicos ao nível da admissão e posteriormente recebem formação.
- A réplica do *modus operandi* (espancamentos, humilhações, torturas, sevícias de carácter sexual, rituais de sadismo, assassinatos assim como a marcação simbólica da punição (corte de um pé por cada par de calças) – revela a necessidade extrema de demonstração de poder. Isso acontece numa região onde o regime encontra cada vez maior hostilidade política por parte da população local.
- Para além da imputação de responsabilidades individuais aos guardas, pelos casos expostos, estes pela sintonia das acções entre a Alfa-5, K&P Mineira e Teleservice, revelam estar a agir sob estratégias e orientações bem definidas.

Em suma, a situação requer, da parte do governo, a instauração de uma Comissão de Inquérito Independente para apuramento da realidade dos factos.

É fundamental que o Governo demonstre, a partir do topo, um acto de bondade e cidadania para com as populações do Cuango, que continuam a viver num clima de verdadeiro conflito, enquanto a paz reina noutros cantos de Angola.

Mais do que palavras e promessas de aplicação da lei e justiça, de que é useiro e vezeiro em violar, o Governo deve um pedido público de perdão às populações do Cuango, pelo seu acto demissionário. Seria uma prova de boa-fé. Só assim estaria em condições de exigir, antes de mais, responsabilidade política dentre os seus membros, pela gravidade da situação.

Urge, ao governo, elaborar e implementar um Plano de Emergência Sócio-Económico das Lundas, resultante de consultas públicas locais e que, à partida, ponha termo ao desprezo e a morte lenta a que as populações locais são votadas.

Em função dessa estratégia, cabe ao governo e à Endiama, em consultas públicas com os seus parceiros e populações locais, definir uma estratégia de contenção do garimpo e cujos benefícios sejam sentidos por todas as partes. Isso promoveria a instauração de um clima de normalidade sócio-económica na região.

A partir de tais premissas, é imperativo que o Governo e a Endiama mostrem resultados benéficos para as populações locais, que estas possam validar e usufruir. Contrariamente à prática de anunciar, de forma regular, o que será feito para “inglês ver e aplaudir” sem, no entanto, a sua concretização para além do contar de anos de promessas.

O Estado deve responsabilizar civil e criminalmente os autores morais e materiais da onda de desumanidade vigente na região do Cuango, assim como promover o ressarcimento dos danos morais e materiais causados às populações locais.

Por fim, a Assembleia Nacional deve agendar um debate sobre a Lei dos Diamantes (Lei 16/94 de 7 de Outubro), pelo seu carácter e uso perverso contra as populações. Os parlamentares devem garantir que a Lei seja um instrumento de protecção não só dos diamantes, mas sobretudo das populações habitantes nas Lundas.

A Lei tem de ser adequada à realidade de paz, democracia e unidade nacional. Para além das Lundas, províncias como Bié, Malanje, Kuando-Kubango, Uíge e outras também possuem diamantes no seu subsolo e nenhuma se encontra abrangida por tal lei. Porquê só as Lundas?

8. Anexos

9.1 *Manasseja Lituiaia – Uma mulher Corajosa*¹¹

No final da tarde de 1 de Julho de 2005, recebi um SOS da localidade de Cafunfo, município do Cuango, via telefone satélite. Um activista ligou-me a dar conta de um tiroteio da polícia local e o saldo de dois mortos civis.

Na madrugada de 2 de Julho, por volta da 1H00, o activista ligou outra vez, aflito. Um membro da sua família tinha sido atingido no raide policial.

Durante o dia, voltou a telefonar para solicitar assistência imediata na evacuação de Manasseja Lituiaia, 34 anos, para Luanda, a fim de receber tratamento médico e denunciar a morte do seu filho, de dois anos. A mãe tinha a criança amarrada às costas, quando uma bala perfurou a cabeça desta e atingiu-a nas costas.

Em tais circunstâncias, por uma questão de sensibilidade, apenas podia dizer “vamos ver o que podemos fazer”. A 6 de Julho, enquanto preparava a mesa para o *matabicho*, Manasseja Lituiaia batia à porta de casa, com gestos lentos, magra e curva com um pano a cobrir-lhe a cabeça. Tinha a cara inflamada e um olhar perfurante. Trazia numa pequena trouxa, amarrada à cintura, os seus objectos de viagem.

“Antes de me levar ao hospital, aconteça o que acontecer”, referiu, “eu quero falar à rádio, primeiro, para as pessoas saberem como o Vadinho disparou contra mim, eu que estava de costas, e matou o meu Amorzinho”.

Perpassou-me uma estranha sensação de perplexidade ao convidar uma pessoa naquele estado, que não tinha recebido a devida assistência médica, desde o tiroteio, para tomar o pequeno-almoço. Ademais, ela não tinha passagem de regresso. Era preciso ganhar tempo para divisar a melhor forma de ajudá-la.

Entretanto, Manasseja Lituiaia narrou os acontecimentos. Segundo ela, vários agentes da PN, que se faziam transportar em três Land-Rovers, dirigiram-se à zona de garimpo do Lucola, Cafunfo, cercaram a área, e atarefaram-se a confiscar material de garimpo, diamantes, dinheiro, etc.

Na zona, havia um mercado informal onde Manasseja Lituiaia vendia peixe e carne. Um agente da PN, por ela identificado como sendo o investigador Vadinho da unidade de Cafunfo, desceu do carro, com a pistola na mão, e dirigiu-se às vendedeiras em tom ameaçador.

“Eu disse ao polícia que nós estávamos ali a lutar pela sobrevivência. Se a intenção era acabar com o mercado, deviam apenas dizer-nos para nos retirarmos do local e nos

iríamos embora. Não era preciso ameaçar-nos porque não tínhamos feito nada de errado”, disse a vendedeira. Mais explicou que, em resposta, “o Vadinho disse ‘eu vou matar-vos’!”

“Tirei o meu filho Amorzinho, que estava debaixo da minha bancada de frescos, pu-lo às costas e dei três passos. Logo senti um tiro e o meu braço frio”, descreveu a vendedeira. “Ao olhar para trás, vi o sangue a escorrer da cabeça do meu filho. Estava morto”.

Os garimpeiros, Manasseja Lituiaia continuou a explicar, reagiram de imediato atirando pedras e garrafas contra os agentes. “Assim, a ‘guerra’ começou. A polícia abriu fogo contra as pessoas e vi duas a caírem mortas. A polícia retirou-se a seguir”, descreveu.

Num acto de solidariedade, os garimpeiros reagruparam e providenciaram de imediato, um enterro improvisado no local para os dois mortos. Segundo a testemunha, as vítimas não eram da área e ninguém presente conhecia os seus familiares.

A Procissão do Corpo

Ao anoitecer, um automobilista, que circulava pela área, transportou a jovem bem como o corpo do seu filho até às proximidades do Comando de Cafunfo. “Levei o corpo do meu filho à esquadra e disse-lhes que eles eram os responsáveis pela morte dele e que eu não levaria o meu filho morto para casa”, lamentou.

Por sua vez, em resposta, os agentes da PN conduziram-na ao hospital local para pernoitar, o que o fez junto ao corpo da criança. De acordo com as suas declarações, o pessoal médico recusou tratá-la bem como descartou a possibilidade de cuidar do corpo da criança. Recebeu ordens para abandonar o hospital logo pela manhã.

Tão logo teve “alta”, caminhou para a esquadra, com o corpo do filho. Face à resistência dos agentes em atenderem aos seus clamores, ela contou ter colocado o corpo na varanda da esquadra e ter decidido abandonar a unidade. Um oficial, que ela identificou como sendo o Comandante Caetano, ordenou aos agentes que dessem banho ao corpo, comprassem roupas e um caixão para a realização do funeral.

Segundo a mãe, o seu filho foi enterrado, pelos agentes, sem a presença de um único membro da sua família, que se recusou a comparecer.

Os familiares exigiam que o enterro tivesse lugar no cemitério do Bairro Bala-Bala, onde vivem, e contra a opção do comandante que preferiu o cemitério do Bairro Gika. “O comandante disse que eles não podiam realizar o enterro no Bala-Bala porque esse é um lugar que está ‘cheio de bandidos’”, contou a mãe. Esta explicou que o Bala-Bala é predominantemente Tchokwé, ao passo que o Gika é diferente.

O comando entregou, à família, um total de 500 dólares para as despesas do óbito (alimentos e bebidas).

No Comando-Geral

Por volta das 10H30, telefonei ao superintendente Carmo Neto, porta-voz do Comando-Geral da PN, e informei-o sobre o caso. Marcou um encontro para as 12H30, no Comando-Geral.

Expliquei à vítima que não havia outra alternativa para o seu caso e que, por certo, a PN encontraria uma solução. Ela enfatizou a responsabilidade da PN na morte do seu filho e que preferia ir à rádio falar sobre o Amorzinho e que não se importava consigo própria.

À chegada, o superintendente Carmo Neto recebeu um relatório escrito do caso, para facilitar os procedimentos. Nas duas horas que se seguiram, Manasseja Lituiaia figurou no topo da agenda policial. Havia uma reunião de altos oficiais e estes ficaram a saber do seu caso. Alguns, viram-na sentada, acabrunhada junto ao elevador que utilizam.

Finalmente, o Comissário Octávio deu, pessoalmente, garantias de que a senhora ficaria sob os melhores cuidados e o seu caso mereceria o devido tratamento. Imediatamente, o intendente Bringongo dactilografou a queixa de Manasseja Lituiaia, à qual anexou o relatório e uma bala que ela trazia embrulhada num pano.

Quando ela chegou ao Hospital Militar, acompanhada pelo eficiente oficial Bringongo, o pessoal médico já se encontrava preparado para recebê-la. Um raio-x demonstrou que a bala não se alojara no seu corpo. O médico referiu que, talvez, a mesma tivesse perdido força ao perfurar a cabeça da criança, tendo atingido a mãe e caído.

Um outro alto oficial da PN, responsável pelos serviços médicos da corporação, Dr. Dias, deslocou-se ao Hospital Militar para pessoalmente acompanhar também o caso. Deu conta que a paciente não havia apanhado uma vacina contra o tétano e providenciou o devido tratamento, de modo a prevenir infecções. Ele tratou da acomodação de Manasseja Lituiaia, na casa de passagem da instituição e, mais uma vez, assegurou-lhe que o topo da PN estava a seguir o seu caso.

A desafortunada mãe regressou a casa, escoltada por uma delegação policial, que também tinha a tarefa de acompanhar a instauração do inquérito sobre o sucedido. Manasseja Lituiaia aguarda, agora, por justiça.

Não há desfecho que a possa compensar pela perda do seu Amorzinho, mas o seu caso pode ser uma boa oportunidade para que a PN seja fiel ao princípio de servir e proteger os cidadãos.

Segurança Privada

Sorte diferente tem o garimpeiro João Baptista, 30 anos, queimado na zona de Cajivunda, município de Xá-Muteba, Lunda-Norte. A 23 de Junho de 2005, guardas privados, afectos a uma companhia diamantífera, segundo testemunhos do próprio, ataram-lhe as mãos, atiraram-no ao capim ao qual atearam fogo. Apenas pude aceder às fotografias do seu corpo queimado. Algumas testemunhas, e a própria vítima, identificaram os guardas como sendo pertencentes à empresa de segurança privada Alfa-5. Em vão se tentou o contacto com a direcção dessa empresa por, segundo a secretária, se encontrar ausente do país.

O indivíduo sobrevive e poderá, um dia, pessoalmente, narrar os acontecimentos que o deixaram incapacitado.

Como esses, há muitos mais casos, de seres humanos com rostos e nomes que despertam sentimentos, que são mortos, torturados, ou feridos e despojados dos seus haveres na região diamantífera das Lundas.

O garimpo é ilegal e não pode ser defendido. Todavia, o seu combate não deve dar lugar ao esquecimento de que as autoridades estão a lidar com seres humanos, cuja vida e dignidade têm de ser preservadas.

O caso de Manasseja Lituiaia é apenas mais um depoimento. Diferente porque despertou a compaixão e tem motivado o acompanhamento directo do alto comando da PN.

É essa compaixão que, pela primeira vez, colocou do mesmo lado representantes da Lei e da Ordem e um “anti-patriota”. Causou agradecimentos mútuos e compreensão. – Afinal, é ao povo a quem todos devemos servir, esse é o nosso dever – como reafirmou o superintendente Carmo Neto.

9.2 O Improviso da Justiça na Terra dos Diamantes^[2]

Neto Augusto, um juiz às avessas

O juiz do Tribunal Provincial da Lunda-Norte, Neto Augusto, protagonizou, a 16 de Abril passado [2005], um acto revelador do estado da justiça em Angola. Deslocou-se à localidade de Cafunfo para investigar, recolher novos depoimentos e testemunhas para, finalmente, ditar a sentença sobre os 17 detidos do Caso dos Geradores (Processo nº1341/D), passados quase oito meses desde o termo do julgamento.

Em Cafunfo, município do Cuango, a secção municipal da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), emitiu, a 17 de Abril, notificações a cerca de 25 eventuais

declarantes “por ordem do Meritíssimo Juiz de Direito”. A DNIC é uma instituição sob tutela do Ministério do Interior.

No dia da sua chegada, por volta das 14H00, o juiz Neto Augusto reuniu-se, na Escola do Gika, com o administrador municipal do Cuango, Paulo Passos Gongá, o 2º secretário do MPLA, Alexandre Abel, e seus respectivos elencos. A esta, seguiu-se outra reunião descrita como exclusiva a membros do MPLA, dirigidos por Alexandre Abel, na Escola Deolinda Rodrigues.

Por volta das 17H00, escoltado por três agentes da Polícia de Intervenção Rápida e um agente da PN, o aludido juiz dirigiu-se à residência do cidadão Salvador Fragoso. “Não sei quem lhes indicou a minha casa, nem porquê foram ter comigo”, revelou o interpelado. Salvador Fragoso recebeu uma notificação em cuja é identificado apenas pela sua alcunha “Binocas” e como militante do PRS, o que desmente. Alguns cidadãos, como Daniel Tiago, receberam notificações na qualidade de membros do MPLA.

O juiz solicitou ao “Binocas” que este o acompanhasse à casa dos geradores (um grupo de cinco). Foi apurar, “*in loco*”, os factos que estiveram na origem, a 22 de Fevereiro de 2004, das manifestações populares de protesto contra a remoção dos geradores, por ordem do governador Gomes Maiato. A repressão policial, contra o acto, causou mais de 12 mortos, vários feridos e mais de 170 detenções, 17 das quais transitaram em julgado.

“Quando chegámos aos geradores, a porta estava fechada. Vimos apenas por fora. O juiz perguntou-me o que se passou e se tinha havido vítimas no primeiro dia”, disse Fragoso.

O declarante ocasional contou que “a primeira vítima dos disparos da PN foi Domingos Sebastião, alvejado no abdómen junto à oficina”. “Os amigos socorreram-no até ao comando da PN, os agentes levaram-no para o hospital onde acabou por morrer. Os agentes enterraram ou fizeram desaparecer o corpo sem os familiares saberem”, contou Sebastião Fragoso.

A família, de Benguela, teve apenas conhecimento da ocorrência no princípio do ano. A 14 de Fevereiro do corrente ano, segundo testemunhas locais, a mãe do malogrado, Cesaltina Dembo, deslocou-se à Cafunfo para confirmar a morte do filho. Essa revelação eleva o número de mortos, confirmados e identificados.

Na busca de provas, o juiz continuou a peregrinar pelo local do crime tendo-se deslocado à casa do soba Satchimuanga, um dos declarantes em tribunal, e ao posto de compra de diamantes do congolês democrata Didi Kinwana. De seguida, rumou à zona do tanque, ao salão dos jovens e aos locais, junto à unidade da Polícia Fiscal, onde os agentes da lei e da ordem balearam de morte Manuel Samianze e a menor Madalena Fernando.

“Expliquei ao juiz que, na zona do tanque, a partir das 15H00, os agentes da PN começaram a parar as pessoas e a prender todos os que falavam tchokwé”.

O representante do Procurador Municipal Jonas Marcolino Ruben, Africano, e dois assistentes do juiz acompanharam-no nas diligências e com este interagiram em perguntas e respostas sobre o caso dos geradores. O juiz aproveitou a oportunidade para, mais uma vez, inquirir o chefe da unidade da Polícia Fiscal, Comandante René, que havia sido declarante em tribunal.

Às 16H00, 18 de Abril, os notificados, em número de 25, e vários curiosos, acomodaram-se na sala de reuniões da unidade da PN, em Cafunfo, em resposta à ordem do juiz.

Passado o período de “instrução contraditória”, o juiz “disse-nos que tínhamos de viajar até ao Dundo para, junto do tribunal, podermos declarar o que tivera acontecido, de facto, no terreno”, informou Caxita Fernando, um dos curiosos presentes.

À pergunta sobre quem se responsabilizaria pela viagem e pela segurança dos declarantes, o juiz respondeu-lhes afirmando ser apolítico. ‘Os políticos é que dão o dito pelo não dito’, terá sentenciado o juiz, de acordo com testemunhos da audiência. Caxita

Fernando ressaltou, por sua vez, a referência do juiz ao Processo nº1341/D como uma corda no seu “pescoço”.

Mais, o juiz asseverou sobre as consequências de uma eventual falta de colaboração dos notificados. “O juiz disse-nos que se não fossemos ao Dundo, a situação dos presos seria mais complicada porque ele estava a fazer tudo para terminar com o caso”, assegurou Fernando Cachita.

Um dos presos, Luciano Feliciano Muassumomo, teve a sua perna amputada a 4 de Fevereiro de 2005. Um dos guardas do estabelecimento prisional do Conduege, Dundo, em estado de embriagues, agarrou-o pela perna e, à queima-roupa, disparou três tiros.

Ademais, 11 dos 17 detidos, acusados de terem assaltado a Unidade da Polícia Fiscal, e queimado a bandeira nacional entre outros presumíveis crimes, foram detidos no dia anterior ao sucedido ou no período da manhã do mesmo dia, quando os factos ocorreram a meio da tarde.

Transportados em camiões da PN, a 20 de Abril, os 14 declarantes, escolhidos para a defesa dos réus, foram acomodados num só quarto na cidade do Dundo e tendo sido, a posteriori, transferidos para a residência de um funcionário do Tribunal, de nome Tino, considerado próximo do juiz.

Em relação às diligências processuais do juiz, o parecer de uma advogada garante que é “absolutamente ilegal”. “Ele não pode fazer diligências pessoais. Ele notifica e ouve as pessoas em tribunal. Não pode ir ao local do crime fazer isso”, referiu a advogada.

Para essa defensora dos direitos humanos, “a única possibilidade do juiz seria a anulação do julgamento no acto de elaboração da sentença. Tudo o mais é ilegal até mesmo o acto de ordenar que a secção municipal da DNIC emita notificações em seu nome. A DNIC intervém na fase de instrução do processo e não após o fim do julgamento”.

Junto do Conselho Superior da Magistratura, a resposta dos magistrados de serviço foi peremptória. “Não estamos autorizados a emitir qualquer opinião sobre o assunto. Dirija-se à Câmara dos Crimes Comuns”. Na porta ao lado, os funcionários da Câmara dos Crimes Comuns remeteram a questão ao seu Presidente, Juiz Simão de Sousa Víctor, entretanto atarefado com plenárias.

Numa opinião muito pessoal, um magistrado, ao tomar conhecimento das diligências do juiz Neto Augusto, considerou que o mesmo exerceu “até o papel de advogado, na reposição dos factos”. Por outro lado, referiu que o juiz deve pronunciar a sentença num prazo de 48 horas e nunca, em circunstância alguma, oito meses após o termo do julgamento.

Ao ler o aviso-notificação emitido pela DNIC, por ordem do juiz, o interlocutor abanou a cabeça e augurou mais sofrimento para as novas gerações.

Actualização^[3]

A 2 de Maio de 2005 os detidos receberam um mandado de soltura verbal e provisório, após sete sessões de julgamento, e devem reportar todas as sextas-feiras ao Tribunal até a leitura da sentença. Todavia, por falta de acomodação alternativa na cidade, os arguidos foram alojados nas celas do Departamento Provincial de Investigação Criminal (DPIC).

Para evitar maiores embaraços, a 8 de Maio de 2005, o Juiz Neto Augusto ordenou aos presos que abandonassem as celas e procurassem habitação e alimentação, numa localidade que lhes é desconhecida, de acordo com Josefo Adão, um dos libertados. Assim, oito dos arguidos encontram-se a viver numa residência sem tecto, durante a época das chuvas e a mendigar para comer. Outros dois se encontram no hospital, dois escaparam-se e os outros encontraram solidariedade local que os acomodou.

A 6 de Julho de 2005, o juiz proferiu a sentença, dando como “não provada a acusação do Digno Magistrado do Ministério Público”. Dois dias depois, os arguidos do Caso Cafunfo receberam os mandados de soltura.

9.3 Vila do Gamek: Odebrecht e o poder angolano no samba da promiscuidade⁽⁴⁾

Nome	Cargo	Casa
Alberto Correia Neto	Embaixador no Brasil	102
André Luís Brandão	Ministro dos Transportes	1305
General Geraldo Sachipengo Nunda	Vice-Chefe do Estado-Maior General das FAA	1010
George Chikoti	Vice-Ministro das Relações Exteriores	625
Gilberto Buta Lutucuta	Ministro da Agricultura	2530
Isabel Eduardo dos Santos	Filha do Presidente da República (P.R)	1404
Ismael A. G. Martins	Embaixador nos EUA	104
João B. Kussumwa	Ministro da Reinserção Social	406
Justino José Fernandes	Assessor do P.R para os Assuntos Sociais	1400
Paulo Tchípilica	Provedor de Justiça	614
General Pedro de Morais Neto	Comandante da Força Aérea Nacional de Angola	1412
Pedro José Van-Dúnem	Ministro dos Antigos Combatentes	1113
General Pedro Sebastião	Ex-Min. da Defesa, actual Gov. do Zaire	911
Restaurante Dirigentes		622